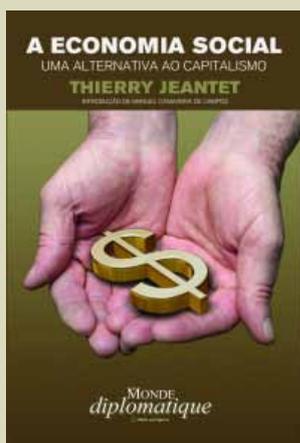


LEITURAS



A ECONOMIA SOCIAL UMA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO THIERRY JEANTET

Edição: Cooperativa Outro Modo/
Le Monde Diplomatique – edição
portuguesa, 2009. 92 páginas

Editado originariamente em França, no ano de 2008, este pequeno volume sobre Economia Social foi agora traduzido para português pela cooperativa que assegura a edição portuguesa do prestigiado Monde Diplomatique.

No prefácio, o professor Manuel Canaveira de Campos, ex-director do

Incoop– Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, regista que “Escrever e falar de economia social está a ser mais corrente entre nós” E acrescenta: “a publicação deste livro inscreve-se precisamente nesta fase de crescimento do interesse pela mesma temática (...) contribuindo para um estudo e um debate mais profundo, em período de maior abertura intelectual e certamente de maior interesse social.” Mas o que é isto da “economia social”? Desenvolvendo-se nos interstícios das sociedades capitalistas desenvolvidas, pretende ser uma alternativa democrática e participativa ao capitalismo, tornado cada vez mais um modo de produção oligárquico, desumano e desumanizante. Henri Jeantet traça em breves páginas o percurso do capitalismo: familiar, tecnocrático, financeiro e capitalístico, ao mesmo tempo que denuncia o modo como o Estado se vai progressivamente tornando um serviço às suas ordens: “Se o sistema de mercado é uma dança, é o Estado que fornece a pista e a orquestra” (Charles Lindblom, cit. Por H.J.)

A esta economia estritamente financeira, dominada pela exigência do máximo lucro a qualquer preço, pretende opor-se a economia social, uma economia da sociedade baseada num exercício de solidariedade, apelando a uma democracia militante assente em experiências concretas de actividade conjunta com sindicatos, com os Estados, com as colectividades locais, com organizações internacionais, com universidades, com o mundo da cultura. Este pequeno volume termina afirmando que “(a economia social) não se trata de um simples sonho, nem de uma utopia, mas de uma realidade constatável em todos os pontos do globo, em múltiplos espaços e sectores”.

“É nisto que a economia social é uma alternativa forte, já em marcha, num espaço mundial aberto a diferentes sistemas”.

Nota: Este pequeno livro custa 6 Euros e pode ser adquirido também nas instalações do SPGL.

BLOGS



PALAVROSSAVRVS REX

Blogue sobre a actualidade de Joaquim Carlos Santos. Tal como o autor refere: “Porque as palavras me são luz e instrumento explicitador de amor e inconformismo, de dor e de prazer; porque as palavras me são garantia de esplendor carnívoro pela verdade toda, pela carcaça da realidade que só eu poderei devorar, rei e tirano do dizer inédito, serei, porque o sou de facto, o inextinguível e feroz”.

<http://joshuaquim7.blogspot.com/>



UMA LULIK

Blogue que nasceu a 17 NOV 2007. O blogue UMA LULIK (Casa Sagrada, em tétum) pretende, maioritariamente, abordar assuntos sobre Timor-Leste.

<http://umalulik.blogspot.com/>

A PRECARIEDADE É UM ATENTADO

O dossier deste número do E.I. aborda uma questão que deve ser analisada a partir de diferentes pontos de vista. As Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) surgiram como uma justificada tentativa de possibilitar gratuitamente a todos os pais a ocupação dos seus filhos mais pequenos depois do horário escolar, prática até então restringida a quem pagasse por tal serviço. Nasce pois com uma intenção louvável. Mas rapidamente se tornou claro que o modo como foi posta em prática frustrou boa parte desta generosa intenção. Um certo caos se instalou onde a prática de algumas associações de pais e outras instituições tinha conseguido – embora com algum peso económico para os pais – obter bons resultados. A indefinição quanto ao que se pretendia com estas AEC's, associada ao facto de boa parte dos seus executores serem professores sem colocação e as actividades se desenvolverem nos espaços escolares, conduziu rapidamente a que se tornassem em mais práticas lectivas para as crianças, ao mesmo tempo que, em muitas escolas, se amputavam ao currículo do 1º ciclo as áreas de que as AEC's tratavam.

Linearmente: se essas actividades são curriculares, devem manter-se normalmente no currículo. E fora desse currículo, o que deve haver são actividades lúdicas de ocupação dos tempos livres. Insisto: actividades lúdicas e nunca actividades de currículo ou de enriquecimento curricular.

Mas uma outra perspectiva de abordar esta realidade é a extrema precariedade laboral e a indefinição e variedade de pagamento a estes trabalhadores – na sua maioria docentes. Contratados por empresas – algumas delas criadas expressamente para este fim, outras francamente incipientes – ou directamente por autarquias, pagos à hora – e com valores relativamente diferenciados – estes trabalhadores são um bom exemplo do que é o recurso a falsos recibos verdes e do que é a precariedade extrema.

Infelizmente, a precariedade alastra na docência e ameaça tornar-se a “norma” se não formos capazes de derrotar a lógica da poupança a qualquer preço. No último concurso entraram apenas 396 professores e educadores para os quadros de onde saíram mais de 20000 docentes – numa corrida às aposentações que só não preocupa quem não se interessa pelas escolas e pela qualidade da educação, corrida que se acentuou nos últimos dias com as medidas que agravam ainda mais as condições para a aposentação. É imperioso evitar que no próximo concurso de 2011 se repita este cenário: a precariedade é um atentado à felicidade. Por isso é desumana. A precariedade não é solução nem serve o interesse das escolas. ■

ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, . Redacção: Lúgia Calapez. Paginação e Grafismo: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha. Composição: Idalina Martins, Lina Roque . Revisão: Luisa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 29 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

Neste número:



- 2 **Sugestões**
- 3 **Editorial**
A precariedade é um atentado
- 5 **Dossier**
Actividades de Enriquecimento Curricular
- 12 **Cidadania**
Orçamento de Estado – Os culpados do costume
- 14 **Reportagem**
Apelação – “Somos a última escola... mas, em termos de cidadania, seremos dos primeiros”
- 18 **Eleição dos delegados ao X Congresso da FENPROF**
- 22 **Escola/Professores**
 - 22. AGS decide Sim à Greve
 - 23. Negociações com o ME: 2ª Fase
 - 24. Um modelo moribundo que a Casa Pia insiste em reabilitar
 - 25. Educação Sexual, um Direito
 - 26. ECPDESP
Aposentados – Plenários Sindicais
 - 27. Contratados/ 8 de Março/Manif. 5 Fev.
- 28 **Opinião**
Assinar acordos a qualquer preço?
- 30 **Internacional**
Lembrar Gaza
- 31 **Aos Sócios**
- 35 **Consultório Jurídico**
Protecção na Parentalidade

Negociações com o Ministério da Educação:

2ª fase

PÁGINA 23

GREVE 4 MARÇO!

AGS decide “Sim à Greve da Administração Pública de 4 de Março”

A Assembleia Geral de Sócios, realizada no passado dia 25 de Fevereiro, foi chamada a pronunciar-se sobre a adesão à Greve Geral da Administração Pública de dia 4 de Março e pronunciou-se, por unanimidade, pela adesão.

Texto e Moções na pagina 22

ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO
CURRICULAR
ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO
CURRICULAR
ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO
CURRICULAR
ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO
CURRICULAR



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº235 FEVEREIRO 2010

■ Os trabalhadores das AEC's recusam ser tratados como "profissionais de segunda". Esta a ideia base que atravessa os vários textos deste Dossier. E que dá testemunho de um movimento em construção. Dia 11 de Março será entregue uma "Carta Reivindicativa" no Ministério da Educação. O documento terá como base os debates que tiveram lugar nos plenários entretanto realizados na sede do SPGL. ■

Trabalhadores das AEC's

Profissionais de segunda? Não, obrigada!

Os docentes das AEC's da Grande Lisboa estão a mobilizar-se para lutar contra as situações de precariedade em que se desenvolve o seu trabalho nas escolas e avançar com formas de luta concretas.

A mobilização em curso envolve o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o Movimento Escola Pública, os Precários Inflexíveis e professores e técnicos que entretanto se foram juntando, tendo-se já realizado vários plenários, ao fim da tarde, na sede do SPGL. Como ponto de partida, um plenário que teve lugar dia 25 de Janeiro, e de que aqui damos breve nota.

Diversidade de situações

Problemas comuns

O primeiro plenário de docentes das AEC's juntou algumas dezenas de professores para “pensar em conjunto o que fazer”, denunciar o que está mal, avançar com propostas para alterar a situação. Das múltiplas intervenções e referência a realidades e histórias concretas ressaltou alguma diversidade de situações. Mas, sobretudo, problemas comuns que atravessam essa diversidade. São múltiplas as histórias que foram sendo contadas à volta da mesa (e que neste momento qualquer profissional das AEC's poderá enviar para o blog, entretanto criado, <http://aecsdagrandelisboa.blogspot.com/>).

Alguns casos houve em que se registou alguma melhoria de condições, com a implementação de contratos, um esforço no sentido de aplicar horários completos, proporcionar recursos pedagógicos e articular o trabalho em projectos.

Mas não é essa a norma. Os atrasos e anomalias nos pagamentos são frequentes, mesmo quando há contrato e/ou foram estabelecidas

fórmulas que de algum modo garantam um salário fixo. Para o mesmo trabalho, há diferenças de pagamento e de condições laborais. Na generalidade o pagamento é à hora, sem considerar outros tempos de trabalho necessários, nomeadamente a preparação das actividades a desenvolver com as crianças.

A falta de material pedagógico é uma realidade comum. Nomeadamente na área das Expressões, em que é “normal” os próprios professores comprarem o material para poderem trabalhar com as crianças. Acontece, por exemplo, “fazer-se uma lista do material necessário para uma iniciativa ligada ao 25 de Abril e esse material aparecer em Junho...” Há áreas particularmente me-



nosprezadas, como é o caso da expressão dramática. E casos de alguma discriminação e desapeço por parte dos professores da escola em relação aos docentes das AEC's, o que exigiria uma consciencialização dos professores curriculares no que respeita aos problemas ligados às actividades de enriquecimento curricular e aos profissionais nelas envolvidos.

A total confusão entre sala de aula e AEC's, ou seja, entre actividade escolar e extra-escolar (tendo como pano de fundo a própria "escolarização" dos tempos livres) é frequente. Por exemplo, há escolas em que, na ausência de um docente das AEC's, os meninos são distribuídos pelas diferentes turmas.

Acresce ainda que, em geral, os pais não têm qualquer ideia das condições (ou falta de condições) em que se trabalha nas AEC's. E de como os seus filhos também serão necessariamente afectados por isso. (Em vários agrupamentos os trabalhadores das AEC's não podem ter reuniões com os pais nem participar em reuniões de avaliação.)

No fulcro da questão

No fulcro da questão está uma questão muito concreta. A "Escola a Tempo Inteiro", concretizada através das AEC's, é uma iniciativa governamental, apresentada como resposta às necessidades das famílias.

Entretanto, o governo não assume a responsabilidade de implementar directamente o seu próprio projecto, antes a delega nas autarquias. Que, por sua vez, a delegam noutras entidades, de associações de pais a empresas de ocasião.

Deste modo, as empresas assumem um papel significativo – e indevido – na contratação de profissionais (e, nalguns casos, até na avaliação da qualidade do seu trabalho...) para um projecto da responsabilidade do ME. Ou seja – é a escola pública que está em causa. "Isto é a escola pública, não uma escola a retalho (...) não

se pode subalugar", como foi sublinhado no debate.

Esta situação gera, por um lado, uma sobre-exploração ("há muita gente a ganhar dinheiro à nossa custa" e chegou mesmo a haver "leilões de horários/preços na internet"...). Por outro, uma grande precariedade (na prática as AEC's chegam a ser consideradas uma espécie de "praxe", uma forma de contabilizar tempo de serviço). O que, por sua vez, gera o medo. Por isso mesmo uma exigência fundamental – para além da denúncia dos falsos recibos verdes – é a de contratação dos profissionais das AEC's pelo ME. Até porque está em causa um trabalho com crianças. E "o trabalho com crianças é necessariamente continuado".

É o modelo que está em causa

Em relação às AEC's e, em geral, ao 1º ciclo, o SPGL tem uma posição definida.

Defende, nomeadamente, a criação de equipas educativas (como alternativa à monodocência); a integração do Inglês no currículo; a integração dos trabalhadores das AEC's no quadro.

Considera por outro lado que, tal como estão, as AEC's se traduzem num excessivo tempo escolarizado para as crianças e que o apoio às famílias deveria assumir outras formas.

Assim, é o próprio modelo que está em causa.

Também o Movimento Escola Pública põe em causa o actual modelo, considerando-o como "uma sala de aula a tempo inteiro" e defende que muitas das actividades remetidas para as AEC's deveriam estar integradas no currículo.

Em relação aos profissionais das AEC's, considera essencial a sua vinculação com o ME. "Ou a perspectiva é o governo contratar professores através de empresas..."

O que fazer?

"Há muita gente com medo de falar". O que só por si evidencia

a importância de denunciar o que se passa, juntando muitas vozes. Denunciar, em conjunto. "Porque não está tudo bem. Muito pelo contrário. E as crianças também são prejudicadas".

Mas denunciar não basta. É preciso apresentar exigências concretas. Com uma reivindicação central – a contratação dos profissionais das AEC's pelo ME. E, porque a intervenção se faz com as pessoas, iniciar a acção em cada escola.

Desta primeira reunião de profissionais das AEC's saíram uma série de ideias/propostas, em cuja concretização se tem vindo a trabalhar:

- a criação de um blog (<http://aecsdagrandelisboa.blogspot.com/>);
- um documento/apelo (que pode nomeadamente ser consultado no site do SPGL);
- a elaboração de uma carta reivindicativa;
- contactar com as autarquias, a DREL, os grupos parlamentares, a comunicação social;
- dar visibilidade aos problemas que se vivem nas AEC's, com uma acção pública (em preparação).

Um conjunto de iniciativas que exigem a participação de todos. ■



Atividades de Enriquecimento Curricular

Testemunho de uma experiência de trabalho



Uma boa relação com a escola. Uma má relação com os “patrões”. Esta a síntese da experiência de Jaime Xavier, professor de Educação Física, na sua passagem pelas AEC, na Escola EB1 Frei Luís de Sousa. Uma experiência de que aqui se dá breve testemunho.

El - Há quanto tempo tem vindo a trabalhar nas AEC? Foi sempre na mesma escola?

Jaime Xavier - Há dois anos, mais ou menos. Comecei mesmo a sério foi nesta escola, nas actividades de enriquecimento curricular. Anteriormente dava aulas de substituição e passei por várias escolas.

Qual foi a experiência que teve nestes dois anos? As coisas boas e as coisas más.

Inicialmente foi um bocado complicado. Difícil. Foi a minha primeira experiência nesta área. Eu sou formador. Dou aulas de artes marciais, o que é completamente diferente. E quando comecei a trabalhar na escola, era como um “peixe fora da água”. Mas com o tempo, com a ajuda das professoras e principalmente da direcção da escola, comecei a ambientar-me mais, a estar mais à vontade, a conseguir aplicar melhor os meus conhecimentos. Em termos de relação professores das AEC e professores titulares e escola, tive uma boa experiência. Gostei, eles foram amáveis, ajudaram-me sempre.

Coisas más – são os patrões.

E quem são os patrões?

Neste momento, e desde o ano passado, a associação de pais da escola. Inicialmente, eu e os meus colegas demos-lhes o benefício da dúvida. Mas depois, à medida que o tempo ia passando, não se compreendia como é que havia meses em que

não nos pagavam, ou não pagavam tudo. Este ano lectivo estive estes meses a dar aulas sem receber. Só recebi no fim do 1º período.

E que tipo de pagamento é que vocês têm? Quem é que o define?

Quem o define são as entidades empregadoras. Neste caso a associação de pais da escola.

No ano de 2007-2008, fui contratado através de uma firma, a COMPUTERFORM. A recibos verdes. Aí assinei contrato. Mas os pagamentos estavam sempre em atraso. O último período desse ano, só foi pago no ano seguinte. E há cerca de cem professores que ficaram sem receber (entre mil e tal euros e dois mil euros cada um). Até hoje. Eu recebi porque ameacei fazer queixa à polícia e ir a tribunal.

Entretanto decidiu sair.

Sim. Em relação à associação de pais, para além do problema dos pagamentos, há a arrogância com que trata os professores das AEC.

Fartei-me, pronto. E decidi sair. Tanto mais que tenho uma criança em casa, e não sei se no mês de Janeiro ou de Fevereiro ou de Março ou até ao final do ano, vai haver dinheiro ou não. Portanto, optei por sair.

Que outros problemas quer referenciar?

A falta de material para as actividades com as crianças. Os professores de Inglês e Música são eles

próprios que tiram as fotocópias. Muitos deles acabam por contribuir para o próprio material pedagógico. No meu caso, há material mas do tempo da idade da pedra... O único material novo foi porque eu, o ano passado, fiz uma carta, com um dos professores, para pedir às federações de futebol, de basquete e de andebol, para nos cederem bolas. A única federação que nos cedeu bolas foi a de andebol. Em termos de desportos, diversificar é complicado, porque não temos o material adequado. Temos que inventar, a ver se os miúdos aderem. Puxar pela nossa imaginação. Por um lado é bom, mas por outro é um bocado frustrante. Os miúdos não têm material em condições. E não chega para todos.

Como é o seu trabalho com os miúdos? Qual a sua relação com eles?

Este ano tive quatro turmas. Duas delas um bocadinho problemáticas. E outras duas 5 estrelas. Com estas, a minha relação foi boa. Os miúdos gostavam de mim, gostavam das minhas aulas. Os próprios pais também. Com as outras duas turmas – às vezes quase faltou fazer o pino e dançar... Acho que consegui cativá-las no final deste período.

O ano passado, no geral, penso que todos simpatizaram comigo. Na festa que se fez no fim do ano, fizemos um espectáculo de ginástica e dança. E ficou bonito. Os pais gostaram. E os miúdos adoraram fazer. Os professores gostaram.

O problema é que o horário é difícil. E o mais fácil, na minha actividade, é dar às meninas arcos e cordas. E aos meninos uma bola de futebol. E eles estão ali a hora toda a jogar. Agora implementar o programa mesmo é complicado. É preciso ter muita paciência. E há o recurso da música e da dança. São actividades em que as crianças gostam de participar.

Sente-se um bocadinho o peso dos horários, não? As crianças a essa hora já devem estar cansadas.

Sem dúvida, estão cansadas. É uma hora má para as crianças. Já têm que estar atentos durante as cinco horas de aulas. E nós, professores das AEC, temos que ter várias actividades para eles não perderem a atenção e o interesse. É complicado, mas dá-me gosto. Porque eles também representam para mim um desafio. Por exemplo – no andebol, havia os que não gostavam. E ficaram a gostar. E um dos que não gostava é mesmo o que joga melhor. E já perguntam – professor, quando é o próximo jogo? É gratificante. As dificuldades que eles levantam, até é bom. Gostei. É um desafio.

O grande problema mesmo é a relação patronal e os pagamentos.

É isso. Eu gostei desta escola. Gosto de tudo. Não tem as melhores condições. Mas o ambiente faz com que as pessoas trabalhem e queiram tomar iniciativa.

Mas depois há o resto – não há dinheiro, da parte da entidade empregadora, são arrogantes. Não há com que comprar um livro para os colegas, para os alunos, ou umas bolas ou uns coletes (que fazem imensa falta para os jogos!).

Há mais alguma coisa – desta sua experiência – que lhe pareça importante dizer?

O que eu não percebo, em relação às AEC, é porque é que os agrupamentos, ou as câmaras, ou o próprio ministério, não contratam os professores directamente. E não compreendo também a falta de fiscalização em relação ao dinheiro destinado às AEC. Essas, para mim, são duas questões importantes. Fundamentais. ■

É tempo de Agir

Se no plano dos princípios o SPGL e a FEN-PROF têm encontrado muita compreensão para o que se passa de mal e errado nas denominadas Actividades de Enriquecimento Curricular já no plano prático muito pouca coisa se alterou desde que elas foram aplicadas em praticamente todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. É verdade que no plano contratual e no dos salários em atraso, ao longo destes anos, algo se foi modificando pela acção dos sindicatos. Mas a realidade de base mantém-se em grande medida inalterável. Continuam os falsos “recibos verdes”, continua a extrema precariedade, continua uma grande desorganização, continua, enfim, a quase completa desresponsabilização do Ministério da Educação por uma parte da resposta educativa da escola pública do 1º ciclo tal e qual como se as AEC’s não fossem uma parte integrante dessa resposta.

É urgente Agir. E agir a partir de uma concepção de escola pública que integre de forma harmoniosa componente curricular, componente de enriquecimento e actividades de tempos livres. Componentes que têm de se articular e não sobrepor, a partir de uma definição clara do que compete a cada uma delas. E, naturalmente, com o Estado e, em particular o Ministério da Educação, a assumirem plenamente as suas responsabilidades. É preciso pôr fim às sub-contratações, às situações de sobre-exploração destes profissionais, é preciso ordenar o que se encontra desordenado. A escola pública necessita de rigor e de regras claras.

O SPGL tem vindo a trabalhar, de forma cooperativa, com movimentos sociais com intervenção nesta área – o Movimento Escola

Pública e os Precários Inflexíveis. É uma estratégia que vamos aprofundar e que, cremos, alarga e reforça a nossa capacidade de intervenção. Algumas iniciativas estão já em marcha no âmbito da informação e mesmo da organização. Impõe-se agora dar passos mais ousados e articular esta intervenção com grupos de trabalho presentes noutras regiões. Para o dia 11 de Março está marcada uma acção frente ao Ministério da Educação de protesto e

Já estudámos a matéria, já reflectimos sobre ela. É o momento do Agir!

de exigência. Esta acção tem de constituir um primeiro passo no sentido de dar maior visibilidade ao que se passa nesta componente da escola pública e às condições de trabalho dos seus profissionais. Os moldes em que decorrerá serão decididos numa próxima reunião que se efectuará já no próximo dia 4. Mas com uma certeza desde já - a acção é para continuar.

Já estudámos a matéria, já reflectimos sobre ela. É o momento do Agir! ■

Manuel Grilo

AEC's nas páginas da EI



Desde o início da implementação deste modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular que o SPGL tem acompanhado e denunciado as situações de contratação, ausência de pagamento e extrema precariedade vivida pelos professores/as e monitores/as das AEC's. Este acompanhamento e denúncia – de par da contestação do próprio modelo – também se reflectiu, naturalmente, nas páginas da “Escola Informação”. Como aqui damos testemunho, com alguns extractos de textos publicados.

- Verificaram-se várias situações de salários em atraso, algumas com requintes de verdadeiros processos Kafkianos. Outro problema identificado diz respeito à relevância do tempo de serviço prestado nestas actividades para os concursos de acesso ao ensino público. As empresas e associações subcontratadas pelos municípios têm tido facilidade em contratar não só devido ao desemprego existente na profissão mas também partindo do princípio que todo o tempo prestado nestas actividades releva para efeitos de concurso.

EI n° 214 Abril Maio 2007

- Realizou-se uma conferência de imprensa em que foram denunciadas as situações concretas de salários em atraso (nas actividades de “Introdução à Cidadania” e “Música”), os baixos salários e as condições de trabalho degradantes, em muitos casos.

EI n° 214 - Abril Maio 2007

- De par com os salários em atraso, é o próprio sistema de contratação que é contestado. “O mais grave é que nem contrato temos. Podemos ser postos na rua a qual-

quer momento. Estamos a trabalhar a recibos verdes mas, na prática, temos um local de trabalho fixo, temos um horário, temos uma hierarquia – temos todos os requisitos para ter um horário de trabalho. O facto de tudo isto se passar em escolas públicas, é particularmente chocante...

EI n° 214 - Abril Maio 2007

- **O estudo elaborado pelo SPGL** sobre as AEC no 1º Ciclo do Ensino Básico - com base no tratamento de inquéritos de 248 respondentes, docentes destas actividades e Câmaras Municipais das regiões de Lisboa, Setúbal, Santarém e Oeste - proporcionou uma ideia do que é que de facto está a acontecer nas escolas, antes do mais no que respeita às condições de trabalho impostas aos monitores.

O que se destaca do quadro apresentado é, por um lado, a extrema precariedade das condições em que trabalham os docentes das AEC (a esmagadora maioria - 93% - está numa situação de falsos *recibos verdes*), por outro, a escolarização de facto destas actividades (na sua maioria - 48% - ocorrem na sala de

aula). O que põe em causa quer os direitos dos professores quer os direitos dos alunos.

Os dados divulgados são particularmente esclarecedores. Precariedade, baixo valor horário das remunerações, número limitado de horas semanais (só 34% trabalham 15 horas ou mais), obrigatoriedade de trabalhar em mais de um local (62% trabalham em duas ou mais escolas) e com várias turmas (39% trabalha com mais de 6 turmas).

Na sua esmagadora maioria (92%) estes monitores têm habilitação para a docência e 76% já trabalhou no ensino em anos anteriores. O que de algum modo reflecte também o carácter escolarizante deste programa do ME. Por outro lado, a maioria das Câmaras refere que as Actividades interferem com o horário normal de funcionamento das aulas (“flexibilizam o horário”). Facto que, como sublinha o estudo do SPGL, “é uma realidade preocupante que pode interferir com a qualidade do ensino”.

Face a este quadro, o SPGL coloca como exigências: o fim imediato do recurso aos recibos verdes; a melhoria das condições de



Orçamento de Estado

Os culpados do costume



Joaquim Jorge Veiguinha

O jornal *Le Monde* de 25 de Janeiro de 2010 publicava um artigo intitulado “O Governo português luta para manter a credibilidade do país”. O artigo era ilustrado com uma fotografia de José Sócrates, com um visual situado a meio caminho entre o preocupado e o surpreendido, e referia as previsões e os “conselhos” das agências de *rating*, do FMI e da Comissão Europeia (CE) sobre o défice e a dívida pública do país. Assim, segundo o FMI, o défice teria já atingido 8% do PIB e a dívida pública 80%, podendo alcançar 91% do PIB em 2011. Esta organização, conhecida pelos planos de austeridade que impunha aos países que deixavam derrapar as suas contas

públicas, os défice e as dívidas externas, continua, por maioria de razão, numa época em que o consenso de Washington constitui ainda a ideologia económica dominante, a propor as mesmas receitas, aconselhando o Governo português a preparar “um plano orçamental credível” para o ano em curso e “uma estratégia de médio prazo baseada em projecções realistas e medidas concretas”. O Governo de José Sócrates decidiu seguir à risca estes “bons conselhos”, mesmo tendo em conta que, para além do

FMI, está, juntamente com os governos da Grécia, Espanha e Itália e Irlanda sob a vigilância da CE para a qual se deve retornar o mais cedo possível a políticas de “consolidação orçamental”, leia-se, contenção orçamental. Assim, depois da defesa governamental de uma política de investimentos públicos como contributos indispensáveis para o aumento do emprego, a proposta de OE para 2010

estima apenas um aumento de 2,05% neste tipo de investimento – de 4,39 mil milhões de euros em 2009 para 4,48 mil milhões este ano e, se considerarmos as despesas de capital – que incluem também as transferências de capital efectuadas para entidades externas à administração pública –, registar-se-á uma quebra de 0,8%. Em termos globais, a proposta estima uma redução do investimento de 1,1%, provavelmente uma estimativa por defeito, já que o Banco de Portugal (BdP) e a CE prevêem uma redução de 3,4% e 4,1%, respectivamente. Tendo em conta que o consumo público vai cair (-0,9%, segundo a proposta de OE para 2010) e o consumo privado aumentar apenas 1% (0,6%, segundo a CE), as esperanças do Governo concentram-se nas exportações para as quais estipula um aumento de 3,5% em 2010. No entanto, tendo em conta que a taxa de inflação prevista para este ano irá aumentar (0,8 % nas projecções governamentais, mas 1,1% para a CE), bem como a baixa composição tecnológica das exportações nacionais, a estimativa é manifestamente irrealista, como é confirmado pelas previsões do BdP e da CE, em que se prevê que estas registarão apenas um aumento de 1,7 e 0,7%, respectivamente, em 2010. A proposta de OE para 2010 é nitidamente um documento que visa a contenção orçamental e não a promoção do emprego. Uma vez mais, os funcionários públicos – que, no anterior mandato, foram alvo de um ataque sem precedentes do Governo que, juntamente com alguns colonistas ainda mais fundamentalistas, de que se destaca o inefável Vital Moreira, consideraram estes trabalhadores como uma casta privilegiada desde o 25 de Abril de 1974 – são transformados nos bodes expiatórios da crise, já que não apenas os seus salários serão congelados – o que significa que continuarão a perder poder de compra, facto irrefutável e evidente iniciado nos anos que precederam o colapso financeiro de 2007-2008 –, mas também verão aumentar este ano para 6% a penalização por cada ano de antecipação da idade para obter a aposentação completa que, em 2010, é de 62,5 anos. Certamente que o Governo também propõe medidas para “estimular” o emprego. No entanto, as mais relevantes têm uma orientação nitidamente pró-empresarial. Assim, ao nível fiscal

e tributário, este cedeu em toda a linha aos interesses patronais ao propor uma redução do IRC em 7,4% – em contrapartida o IRS aumentará 1,8% –, como se isso se traduzisse automaticamente num aumento do investimento empresarial, concepção completamente falsa que a actual crise económica e financeira não tem cessado de desmentir. Além do mais, os benefícios fiscais irão aumentar significativamente para aqueles dinâmicos e generosos empresários que estiverem dispostos a contratar sem termo jovens desempregados – possibilidade de uma dedução de 150% em sede do IRC sobre o valor da criação líquida de postos de trabalho –, bem como uma redução de um ponto percentual para a Segurança Social, no caso dos trabalhadores que, no ano passado, auferiam o salário mínimo, medida inaceitável, para não dizer escandalosa, quando se aumenta a idade da aposentação e respectivas penalizações e se recusa rever as formas de financiamento tradicionais da Segurança Social responsáveis pela insustentabilidade crescente do sistema. Mas estas medidas, e outras que visam promover o emprego por conta própria – o que não é mais do que uma nova forma de precariedade laboral –, o alargamento dos estágios profissionais, o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores com “apenas” 12 meses de actividade laboral e aumento do subsídio social de desemprego para 6 meses revelam-se manifestamente insuficientes para estimular a procura interna e, por conseguinte, reduzir a taxa de desemprego, que já ultrapassou os 10% da população activa. De facto, a proposta de OE para 2010 estima um aumento do desemprego em 0,1%, enquanto a CE prevê um aumento de 0,4%, valores que, tendo em conta as debilidades estruturais de uma economia que se desindustrializa aceleradamente e em que os serviços de alto valor acrescentado relacionados com o processo produtivo são muito débeis, me parecem pecar por defeito. Certamente, seguindo a efémera moda dos tempos que correm, o Governo pretende duplicar o imposto sobre as mais-valias dos valores mobiliários detidos pelos seus titulares há menos de um ano – de 10% para 20% –, bem como tributar em 50% os bónus recebidos este ano pelos gestores bancários. No entanto, neste último caso, abre logo uma excepção, já

que a taxa não será aplicada quando pelo menos metade da remuneração variável recebida por estes gestores for diferida por três anos e o período de desempenho da sociedade onde prestam a sua actividade ter sido favorável. No entanto, nenhuma medida está prevista para aumentar a tributação sobre os lucros da banca nem para controlar a transferência de uma parte crescente destes para paraísos fiscais. Por conseguinte, não causa surpresa que os três bancos cotados no PSI 20 – BCP, BES e BCI – tenham obtido, em média, um aumento de 20% nos respectivos lucros, com particular destaque para o BES com 30%, o que contrasta com uma economia real em que o desemprego aumenta e o sector produtivo regista dia após dia o encerramento de mais empresas ou a colocação trabalhadores em regime de *lay-off*. Em suma, segundo este orçamento, quem irá suportar os custos da crise serão precisamente os que em nada contribuíram para ela. Mais uma vez se revelou que o Governo apenas se interessa pela gestão do poder corrente, revela uma insuficiente coragem política e cedeu manifestamente aos adeptos da contenção orçamental na elaboração da proposta de OE para 2010. ■

“Em suma, segundo este orçamento quem irá suportar os custos da crise serão precisamente os que em nada contribuíram para ela.”



Agrupamento de Escolas de Apelação

Somos a “última escola” ... mas, em termos de cidadania, seremos dos primeiros

Tornar a escola um bem para a comunidade, e sentida como tal. Criar um projecto educativo assente em três valores fundamentais: inclusão, formação e abertura. Estes os primeiros passos e as bases que moldam um percurso que tem cinco anos, e em que muito já foi feito.

“Estou aqui há 5 anos. E para termos uma noção muito rápida de como estava a escola quando cá cheguei – no primeiro período gastei 1500 euros só para repor vidros”. Uma história muito concreta e elucidativa, relatada por Félix Bolaños, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Apelação. E que de algum modo esclarece sobre o que foi o ponto de partida de todo o trabalho entretanto desenvolvido.

Um intenso trabalho de que aqui se dá nota através do seu testemunho.

“**H**avia uma sensação de revolta. E essa revolta do bairro, dos jovens, era virada contra a própria escola, porque é a instituição que está mais perto do bairro”.

Foi este o ponto de partida para um trabalho intenso – desenvolvido simultaneamente na escola e no bairro – com o objectivo de “transformar a escola num bem para a comunidade”. “Abrimos a escola à comunidade. Aqui fazem-se casamentos, fazem-se baptizados, fazem-se festas, fazem-se actividades desportivas. Durante o Verão temos os portões abertos de par em par. Para os miúdos poderem praticar actividades desportivas”. Um conjunto de mais valias, já reconhecido pela comunidade. “Depois de agredir a escola, neste momento é a comunidade que a defende”.

Em simultâneo com a abertura da escola à comunidade, a grande aposta foi criar um projecto educativo. Com

três valores, que foram sendo desenvolvidos ao longo destes anos: a inclusão, a formação e a abertura.

Abertura e inclusão

“A intervenção passou por uma fase inicial muito difícil”, lembra Félix Bolaños. “Depois do meu primeiro ano aqui na escola, ao chegar o Verão, fui ter com todos os jovens que tinham sido excluídos, que estavam em abandono escolar, que de alguma forma tinham sido retirados da escola, e dizer-lhes para voltarem para a escola”.

Foi o primeiro choque. “Quer para o pessoal docente e não docente, quer para os próprios jovens”.

A fase seguinte foi delinear formas de intervir, com estes jovens, diferentes do típico recurso à suspensão.

Nesse sentido, tentou-se implementar uma série de actividades de carácter extra-escolar. “Era um trabalho a nível de formação pessoal e social, ficando

a sala de aula em segundo plano. Enquanto não resolvêssemos o problema a nível pessoal e social, não se conseguia dar aulas aqui na Apelação”.

Desenvolveram-se então uma série de projectos – com base no ESCOLHAS e no PROGRIDE – articulando o trabalho com diferentes parceiros.

“De referir que um dos suportes fundamentais, em termos de arranque de iniciativas, foi o projecto TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. É um daqueles projectos – sublinha Félix Bolaños – que são essenciais. Sem eles nada disto funcionaria”.

A implementação destes projectos contribuiu para a alteração da realidade do bairro, nomeadamente em relação à questão da violência, “uma mudança da forma de estar da própria comunidade”.

“Isto é sensível, refere Félix Bolaños. Dados concretos da PSP indicam uma diminuição da criminalidade nesta zona”.



Actividades com a comunidade

“O mais importante das actividades com a comunidade – é o conjunto de todas elas. Cada uma delas, isolada, não traduz nenhuma mudança concreta. Agora, o conjunto de todas, bem organizadas e bem estruturadas no tempo, acaba por ter impacto”.

O *trabalho dos jovens*, de forma organizada, e a *celebração*, são algumas das actividades destacadas pelo entrevistado.

“Um aspecto para mim importante é a *celebração*. Há que celebrar aquilo que se vai fazendo na comunidade e aqui na escola. O conjunto de celebrações que vamos fazendo ao longo do ano, espalhadas no tempo – algumas da iniciativa da escola, outras da Associação de Jovens da Apelação, outras do Clube Cidadania, outras da Vitamina C – surge como um celebrar de coisas boas que vão acontecendo e que aumenta muito a auto-estima da comunidade. E

a comunidade acaba por perceber que há coisas más e há coisas boas. Havendo coisas boas, há esperança. Havendo esperança é possível continuar a trabalhar. Por isso, este contínuo celebrar é um factor importante”.

Outro factor decisivo tem a ver com o *trabalho dos jovens* de forma organizada. Em clubes como: o Clube de Cidadania, o Vitamina C e a Associação de Jovens da Apelação.

“Começámos a trabalhar logo, quando cheguei, o Clube de Cidadania. Um clube de jovens em que, para se entrar, é preciso fazer uma formação, que visa desenvolver competências pessoais e sociais. (As competências pessoais e sociais estão envolvidas em quase tudo o que se vai fazendo.) A conclusão dessa formação consiste numa actividade organizada pelos próprios, e que pode ser um acampamento, uma viagem, uma peça de teatro que eles realizam e depois vão passá-la pelo país fora. Acaba por ser uma coisa muito gira para

eles, mas que também tem uma dimensão intervencionista sobre a comunidade e de que são eles os autores”.

O Clube de Cidadania foi-se desenvolvendo e, a determinada altura, deu o passo para fora da escola. E assim, os mesmos jovens, numa dinâmica de comunidade que ultrapassa já a escola, formaram a Associação de Jovens da Apelação.

“A escola é só o ponto de partida – diz Félix Bolaños. O que se pretende é eles criarem autonomia para depois fazerem os seus próprios projectos. E neste momento temos já associações perfeitamente independentes. Já não são fruto de intervenção. São elas próprias interventoras”.

Não deixar ninguém de fora

Não há ninguém na Quinta da Fonte que possa dizer: eu não estudo porque não existe oferta. Existe oferta para todos. Desde os três até aos setenta e tal

anos (“temos aqui uma senhora a estudar, com essa idade”, refere o entrevistado). Ninguém fica de fora.

Também no trabalho com adultos, para além das competências escolares, são privilegiadas muitas outras competências “que têm que ser desenvolvidas na comunidade”: as competências pessoais e sociais, as competências para a cidadania, as competências de empregabilidade, as competências de empreendedorismo, as competências parentais.

Félix Bolaños destaca em particular a formação parental. “É qualquer coisa que tem reflexos imediatos nos próprios pais para educar os filhos. Temos logo fruto imediato nas crianças”.

Não deixar ninguém de fora significa antes do mais criar condições para se poder dar aulas.

“É muito complicado dar aulas quando a mente dos miúdos está ocupada com outros problemas, que não foram resolvidos nem os miúdos têm capacidade para resolver.

“Eles vivem num sítio com estas condições. E depois vêem uma televisão que transmite imagens completamente diferentes e vêem outros jovens que vivem em situações diferentes. E tudo isto é muito complexo para eles. Se isto não é trabalhado, com alguma coerência, com os miúdos, se eles não o conseguem verbalizar – não conseguirão dar o salto para as competências escolares, porque na sua cabeça não há espaço para tal. É preciso arrumar as ideias”.

Um processo difícil, que exige formação de técnicos e de professores, e que se desenvolve, quer dentro da sala de aula (“porque às vezes é dentro da sala de aula que muitos destes temas têm que ser abordados”), quer noutros espaços de educação não formal. Através de clubes como o de Cidadania, do desporto escolar, de múltiplas outras actividades.

Resultados práticos?

“Os nossos alunos chegam ao 9º ano com competências escolares muito fraquinhas. Mas, quando entram no 10º ano, numa outra escola, são miúdos que estão bem integrados. Quando chegam àquele patamar em que conseguem resolver os seus problemas, dão um salto e conseguem ter uma perspectiva de

vida e um projecto de vida. E podem não ir para a universidade, mas ter um emprego e esse emprego ser algo que lhes dá felicidade que outros acabarão por não ter”.

Significativamente, o abandono escolar é residual. 2 a 3% (em geral, jovens que já saíram do bairro).

Acabar com as suspensões

Outra característica da escola – que também obriga o professor a desenvolver uma série de competências – é o ter-se acabado com as suspensões.

“Aliás – diz Félix Bolaños - eu tenho uma política pessoal (somos um grupo de trabalho e esta ideia não é aqui seguida a 100%): sou contra tudo o que é punição dos alunos. Penso que não tem qualquer impacto. E há aqui histórias de vida que, se perguntarmos - *então e como é que eu castigo este aluno?* – qualquer pessoa dirá: *não há castigo possível.*”

A excepção é o recurso à suspensão da aula, em que o aluno é depois acompanhado por alguém e vai fazer um trabalho específico, quer em termos pessoais quer em termos de trabalho para a comunidade.

“Tentamos sempre que seja tudo muito participado. O aluno deve participar em tudo o que lhe diz respeito. E se ele fez uma coisa mal feita, ele próprio terá de dizer o que é que fez de mal, como é que vai compensar a escola, qual será o seu comportamento no futuro”.

E resulta? “Essa é uma dúvida que há-de subsistir sempre. Mas penso que em 90-95% dos miúdos tem tido um impacto muito positivo”.

Para o presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Apelação, a grande questão, hoje em dia, é a educação para a liberdade. A liberdade entendida como a capacidade de poder fazer o bem ou a capacidade de poder fazer o mal.

“Não é por um factor externo que nós nos portamos bem ou mal – defende Félix Bolaños. É por um factor interno. É a capacidade de eu me regular a mim próprio e dizer – *faço isto porque é bem feito e isto, que é mal feito, eu não faço.* É isso que se tenta ensinar aqui. E passando essa mensagem e educando os jovens – e aqui é mesmo o sentido

de *educar* – com esta perspectiva, talvez não precisemos de tantas regras no futuro”.

Um outro recurso - um *modelo de avaliação comportamental*, baseado na participação do aluno.

“Começamos pelos aspectos positivos do miúdo. Ele tem que escrever tudo. Depois passamos aos aspectos negativos. Potencialidades e ameaças que sente. E, em relação aos aspectos negativos, tentamos ver quando é que ele se comporta mal. E definir qual é o estímulo que o faz portar-se mal”.

Claro que depois as coisas não correm de forma simples... “Mas o que interessa é que eles vão ganhando a capacidade de reflectir sobre todos os seus comportamentos. Somos a *última escola*... mas em termos de cidadania seremos dos primeiros!”

Quebrar o ciclo

Estas dinâmicas têm dado resultados palpáveis, têm reflexos em termos de mudança.

“Temos que quebrar o ciclo - sublinha o presidente do Conselho Executivo da Apelação. Se esses miúdos se portam mal e não se faz nada, provavelmente vão ter filhos, que depois se vão portar mal... E temos que quebrar este ciclo. Temos que explicar que há uma outra forma de educar – que não é à base da pancadaria, da bofetada, do cinto, do chicote. E se os miúdos forem educados desta outra maneira têm muito mais sucesso educativo e se sentirem na pele que esta relação lhes traz mais benefícios, podem passar essa relação para as próximas gerações”.

Para *quebrar o ciclo*, são múltiplas as estratégias utilizadas.

O *gabinete de intervenção comportamental*, por exemplo, “talvez uma das coisas mais inovadoras que aqui temos”, na opinião do nosso entrevistado. Utiliza um modelo próprio de intervenção comportamental que se baseia muito na participação do próprio aluno.

Outro recurso é o *desporto escolar*, ou os *clubes*. Tudo com o objectivo de desenvolver competências pessoais e sociais.

“Por exemplo – o clube de futebol não é apenas um local onde se pratica fute-

bol. É um meio para, através do futebol, se desenvolverem essas competências. Os jovens são acompanhados em termos de estudo. Faz-se a ponte entre aquilo que é a vida desportiva e a vida académica”.

E há ainda *uma multiplicidade de iniciativas*, como a academia de futsal, dança, música, teatro. “No Clube de Cidadania fizeram uma peça de teatro, *A próxima estação*, que trabalha muito a questão da cidadania e de nos ajudarmos uns aos outros. Foi representada em vários locais do país, nomeadamente no interior. O ir para o interior do país, foi uma forma de assumir a necessidade de inclusão das zonas do interior”.

A escola promove igualmente muitas *visitas de estudo*. “Temos um plano anual de actividades muito extenso. Para conhecerem novas realidades. Sempre que vão a um sítio, aportam novidades para o próprio bairro. Há aqui miúdos que nunca tinham visto o mar. Ou que consideram a ida a um centro comercial *uma grande viagem*.”

“A realidade de alguns destes miúdos resume-se ao bairro. Não têm outro tipo de experiências. E essas novas experiências são organizadoras. Toda a desorganização do bairro é a realidade para eles. E depois trazem essa desorganização para a escola”.

Novas metodologias de ensino “Aventura na cidade”

Quebrar o ciclo passa ainda por novas metodologias de ensino. A escola está a tentar integrar uma metodologia designada por *Problem Base Learning*, que utiliza o problema como base para a aprendizagem. A ideia é colocar um problema que os alunos têm que resolver. Para o resolver têm que se socorrer de um conjunto de fontes de informação.

“Aqui, o que estamos a fazer é um pouco mais complexo. Porque estamos a juntar competências pessoais, sociais e escolares no mesmo projecto, enfatiza Félix Bolaños. O projecto chama-se *Aventura na cidade*. É um jogo jogado num tabuleiro, em que os alunos têm que ir percorrendo várias zonas da cidade e em cada zona da cidade deparam-se com um problema. Para resolver esse problema, para além de desenvolver



competências pessoais e sociais, têm que ir à procura de uma série de informações escolares, que estão inseridas nos programas das outras disciplinas todas (temos feito um grande esforço para que as questões colocadas vão ao encontro do que está a ser dado em cada área curricular)”.

As vantagens desta metodologia são múltiplas. Estimula a capacidade de resolução de problemas. Torna a aprendizagem muito mais participativa. Dá outro papel ao professor.

“Eles ainda não têm hábitos de leitura, não têm hábitos de consulta pela internet. Portanto a fonte de informação é fundamentalmente o professor.

“O professor passa a ser – não aquela figura chata que transmite informação, mas aquela pessoa necessária para dar

a informação para resolver o problema. E como é um jogo, sente-se muito a necessidade de resolver o problema.

“É uma viragem muito importante do papel do professor”.

A implementação do *Problem Base Learning* está a ser avaliada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

“Começámos há dois anos atrás – mas de uma forma muito ligeira e desorganizada e com muitas dificuldades. O ano passado conseguimos organizar o currículo deste projecto. Acertar o tipo de problemas colocados com os currículos e as matérias que estão a ser dadas nas várias disciplinas. E este ano estamos a implementá-lo já como um programa estruturado”. ■



Eleição dos delegados ao X Congresso da FENPROF

Para eleição dos delegados ao X Congresso da FENPROF foram estabelecidos agrupamentos na área do SPGL respeitando a diversidade de regiões, sectores e o número de sócios. Foram ainda estabelecidos regulamentos específicos para professores e educadores de sectores específicos (superior / fora de zona / a exercerem noutros serviços públicos) e de professores que não exercem actividade nas escolas. Os quadros que se seguem são meramente indicativos. Para um melhor conhecimento dos delegados a eleger é imprescindível consultar os respectivos regulamentos e/ou agrupamentos disponíveis no site do SPGL (www.spgl.pt).

Departamento do Ensino Superior e Investigação

O número de delegados a eleger é de 11. O Regulamento Eleitoral do SPGL prevê que as escolas com mais de 50 sócios elejam directamente o seu delegado efectivo, regra aplicável a 3 instituições da região de Lisboa: a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Letras

e o Instituto Superior Técnico. As restantes escolas foram associadas em Agrupamentos que poderá consultar no site do SPGL. A votação presencial será realizada em mesa eleitoral no dia 22 de Março, na Sede, em Lisboa. Só são considerados os votos por correspondência que dêem entrada por correio até ao dia da votação presencial.

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

O número de delegados a eleger é de 22. A votação será realizada por lista (concorrem três listas), em mesas eleitorais, abrangendo todas as regiões do sindicato, nas delegações de Abrantes, Almada, Caldas da Rainha, Santarém, Setúbal (11-13h e 14-17h) e na Sede (11-17h). A eleição será feita por votação em lista no dia 17 de Março e os delegados serão eleitos de acordo com a aplicação do método de representação proporcional de Hondt.

Professores e Educadores Desempregados

O número de delegados a eleger é de 2.

A eleição será feita a 17 de Março por votação nominal entre os candidatos apresentados. A votação será realizada em mesas eleitorais abrangendo todas as regiões, nas delegações de Abrantes, Almada, Caldas da Rainha, Santarém, Setúbal e na Sede do Sindicato.

Professores e Educadores a exercer fora da zona geográfica do SPGL

O número de delegados a eleger é de 2. A votação será feita presencialmente ou por correspondência. A eleição será feita a 22 de Março, na Sede do SPGL, entre as 10h00 e as 16h00. Só serão considerados os votos por correspondência que dêem entrada por correio até ao dia da votação presencial.

Professores e Educadores a exercer noutros serviços públicos na área do SPGL

O número de delegados a eleger é de 2. A eleição será feita a 18 de Março às 17h00 por votação nominal entre os candidatos apresentados, na Sede do SPGL.

Direcção Regional de Lisboa

Zonas Sindicais	Sectores				
	Pré-escolar	1º CEB	Particular e Cooperativo	Especial	2º/3º CEB e Secundário
Lisboa cidade	2	4	7		21
Amadora / Sintra	1	5	3		14
Oeiras / Cascais	1	2	3		9
Loures / Odivelas	1	3	2		9
V. F. Xira / Azambuja	1	2	1		2
Todas as Zonas				2	

Direcção Regional de Setúbal

Zonas Sindicais	Sectores				
	Pré-escolar	1º CEB	Particular e Cooperativo	Especial	2º/3º CEB e Secundário
Almada / Seixal	1	3	2		11
Barreiro	1	2	1		7
Setúbal	1	2	2		5
Sul		1			2
Todas as Zonas				2	

Direcção Regional Oeste

Agrupamentos (Concelhos)	Sectores				
	Pré-Escolar	1º CEB	Particular e Cooperativo	Especial	2º/3º CEB e Secundário
Caldas da Rainha, Bombarral, Óbidos, Peniche, Cadaval, Lourinhã	1				
Torres Vedras, Alenquer, Sobral M. Agraço, Arruda dos Vinhos, Mafra	1				
Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço		1			
Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Cadaval		2			
Mafra		1			
Torres Vedras, Lourinhã		1			
Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral M. Agraço, Mafra, Torres Vedras			1		
Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Lourinhã			1		
Todos os concelhos				1	

EB 2,3 Pêro de Alenquer; ES Damião de Goes; EBI Sobral e 3/S Sobral de Monte Agraço; EB 2,3 Visconde Chancelheiros; EBI Abrigada; EBI Carregado					1
EB 2,3 Armando Lucena; EB 2,3 Venda do Pinheiro					1
ES Henrique Nogueira; ES Madeira Torres; EB 2,3 Padre Francisco Soares					1
EB 2,3 S. Gonçalo; EB 2,3 Padre Vitor Melícias; EB 2,3 Freiria (18); EB 2,3 Maxial; EB 2,3 Gaspar Campello					1
EB 2,3 Ribamar; EB 2,3 João das Regras; EB 2,3 Afonso Rodrigues Pereira; ES Lourinhã					1
EB 2, 3 do Cadaval (17); ES Montejunto (Cadaval); EB 2,3 Fernão do Pó; ES Bombarral; EB 2,3 Josefa de Óbidos					1
ES Raúl Proença					1
ES Rafael Bordalo Pinheiro; EB 2,3 D. João II; EBI Stª Catarina; EBI Stª Onofre					1
ES Peniche; EB 2,3 D. Luís Ataíde; EBI Peniche; EB 2,3 Atouguia da Baleia					1

Direcção Regional de Santarém

Agrupamentos	Sectores				
	Pré-Escolar	1º CEB	Particular e Cooperativo	Especial	2º/3º CEB e Secundário
Delegação de Abrantes (Zonas de Abrantes, Tomar e Torres Novas)	1				
Delegação de Santarém (Todas as Zonas de Santarém)	1				
Agrupamento D. Miguel de Almeida (Abrantes)		1			
Agrupamento Nuno Álvares (Tomar)		1			
Agrupamento Artur Gonçalves (Torres Novas)		1			
Delegação de Santarém (Zonas de Santarém e Santarém Oeste)		1			
Agrupamento de Samora Correia		1			
Todas as Zonas			1	1	
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano – Santarém* Agrupamento de Escolas D. João II – Santarém Agrupamento de Escolas de Pernes Agrupamento de Escolas de Alcanede					1
Escola Secundária Sá da Bandeira – Santarém* Agrupamento Mem Ramires – Santarém Escola Secundária Ginestal Machado – Santarém					1
Agrupamento de Escolas José Relvas – Alpiarça* Escola Secundária Marquesa de Alorna – Almeirim Agrupamento de Escolas Febo Moniz – Almeirim Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim					1
Escola Secundária do Cartaxo* Agrupamento de Escolas José Tagarro – Cartaxo Agrupamento de Escolas de Pontével					1



Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos *					
Agrupamento de Escolas de Marinhas do Sal – Rio Maior*					
Agrupamento de Escolas Duarte Lopes – Benavente					1
Escola Secundária de Benavente					
Agrupamento de Escolas de Samora Correia					
Agrupamento de Escolas de Porto Alto					
Agrupamento de Escolas Armando Lisardo – Coruche					
Escola Secundária de Coruche					
Agrupamento de Escolas de Marinhas do Sal – Rio Maior*					
Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro – Rio Maior					1
Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira – Rio Maior					
Escola Secundária de Alcanena *					
Agrupamento de Escolas Dr. Anastácio Gonçalves – Alcanena					
Agrupamento de Escolas de Minde					
Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves – Torres Novas					1
Escola Secundária Maria Lamas – Torres Novas					
Agrupamento de Escolas Manuel Figueiredo – Torres Novas					
Escola Secundária de Entroncamento – Entroncamento*					
Agrupamento de Escolas Ruy de Andrade – Entroncamento					
Agrupamento de Escolas Humberto Delgado – Riachos					1
Agrupamento de Escolas de Golegã					
Agrupamento de Escolas de Chamusca					
Escola Secundária Santa Maria do Olival – Tomar*					
Escola Secundária de Jácome Ratton – Tomar					
Agrupamento Nuno Álvares Pereira – Tomar					1
Agrupamento Gualdim Pais – Tomar					
Agrupamento de Escolas de Santa Iria – Tomar					
Escola Secundária de Ourém*					
Agrupamento de Escolas Afonso IV Conde Ourém					
Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere					1
Agrupamento de Escolas de Barquinha					
Agrupamento de Escolas de Freixianda					
Agrupamento de escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias					
Escola Secundária Manuel Fernandes – Abrantes*					
Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida – Abrantes					1
Agrupamento de Escolas de Sardoal					
Agrupamento de Escolas de Mação					
Escola Secundária Solano de Abreu – Abrantes*					
Agrupamento de Escolas de Tramagal					
Agrupamento de Escolas de Constância					
Agrupamento de Escolas de Praia do Ribatejo					1
Agrupamento de Escolas de Alvega e Concavada – Alvega					



AGS decide "Sim à Greve da Administração Pública de 4 de Março"

SPGL: SIM À GREVE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Intensificam-se as medidas contra os trabalhadores e, em particular, contra os trabalhadores da Administração Pública. No imediato, é a imposição do congelamento dos salários em 2010 e são as alterações ao regime de aposentação, área em que as constantes e gravosas alterações legislativas criaram já uma insegurança quanto ao futuro, que funciona como impulso para a vaga de pedidos de aposentação entre os docentes. Mantêm-se também medidas que, sendo gerais para a Administração Pública, afectam directamente os professores e os educadores: o roubo do tempo de serviço entre Agosto de 2005 e Dezembro de 2007, as quotas na avaliação de desempenho e outros condicionalismos administrativos na progressão na carreira.

Cresce a ritmo acelerado a precariedade na docência, como evidencia o facto de, no último concurso, terem sido apenas integrados nos quadros 396 novos professores, num universo de mais de 20000 contratados.

As progressões na carreira previstas para o ano de 2010 poderão vir a ser proteladas até ao final do ano lectivo, através da exigência de uma "avaliação intercalar" absolutamente ilógica.

No futuro próximo, há sólidos indícios de que, a pretexto da necessidade de reduzir o défice orçamental e por obediência cega às exigências da União Europeia, o P.E.C. agravará ainda mais a situação dos trabalhadores – incluindo os da Administração Pública – sendo de temer que, sob pretextos da resposta à crise e da necessidade de reduzir as despesas públicas, se inicie um desastroso processo de privatização de serviços públicos essenciais, nomeadamente dos serviços educativos, em todos os sectores, desde a creche e a educação pré-escolar ao ensino superior.

- Estas ameaças reais foram razões sobejas para os Sindicatos da Frente Comum terem de-

A Assembleia Geral de Sócios, realizada no passado dia 25 de Fevereiro, foi chamada a pronunciar-se sobre a adesão à Greve Geral da Administração Pública de dia 4 de Março e pronunciou-se, por unanimidade, pela adesão.

Perante a ofensiva deste Governo contra os trabalhadores e, em particular, contra os da Administração Pública, decidiu a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, que o SPGL integra, convocar uma Greve para dia 4 de Março. O SPGL decidiu, respeitando os seus Estatutos, ouvir os sócios sobre esta matéria. As duas propostas em confronto pronunciavam-se favoravelmente. Assim o entenderam igualmente os sócios que responderam a esta chamada. À questão colocada expressamente pela Mesa a resposta foi unânime - o SPGL deve aderir a esta Greve (publicamos aqui as moções aprovadas).

É imperioso lutar contra o congelamento dos salários, as alterações às regras da aposentação, o roubo do tempo de serviço entre Agosto de 2005 e Dezembro de 2007, as quotas na avaliação de desempenho e os mecanismos de constrangimento às progressões nas carreiras. Como ameaça no curto prazo paira já o PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) com novas medidas que vêm sempre nos trabalhadores da Administração Pública o seu alvo favorito para poupanças que não conseguem noutras áreas da governação. É tempo de afirmarmos que os trabalhadores não podem ser as vítimas da má governação.

clarado uma greve de 24 horas para o próximo dia 4 de Março.

- Regozijamo-nos que os sindicatos da FESAP e dos STE em unidade tenham decidido aderir igualmente e estar connosco.

- A direcção do SPGL com os Sindicatos da FENPROF e em unidade com todos os Sindicatos da Administração Pública subscreve o pré-aviso de greve e apela a todos os professores e educadores a que façam greve no próximo dia 4 de Março.

Em nome de um futuro mais justo para todos os trabalhadores, DIA 4 DE MARÇO; **SIM À GREVE.**

TRABALHO SIM, DESEMPREGO NÃO!

Considerando que:

1 - O ano de 2009 terminou com um número real de desempregados de cerca de 704 mil trabalhadores, o que traduz uma taxa de desemprego de 12,44% (dados da CGTP-IN);

2 - também em 2009 a FENPROF denunciou atempadamente, em conferência de imprensa, o escândalo de numa classe com cerca de 120 mil profissionais subsistirem 40 mil no desemprego, metade destes sem receberem qualquer subsídio;

3 - as medidas entretanto tomadas pelo Governo se revelaram já claramente insuficientes ou ineficazes, porque transitórias, face à magnitude do flagelo do desemprego em Portugal;

4 - a manutenção e agravamento das erradas políticas anti-laborais e anti-sociais leva a que todas as previsões apontem já para a continuação do aumento do desemprego, que é, neste momento, o maior das últimas três décadas;

Os sócios, reunidos na Assembleia Geral de Sócios do SPGL de 25/02/2010, decidem:
- acompanhar positivamente novas iniciativas na Assembleia da República, onde já chegou a Petição da CGTP que defende, entre outras medidas, a redução para 90 dias do período de garantia para aceder ao subsídio social de

desemprego (actualmente 180 dias), enquanto durar a actual crise de desemprego;

- continuar a denunciar as degradantes apresentações quinzenais e a impraticabilidade da prova de procura activa de emprego, impostas pelo DL 220/2006 e a desadequação deste diploma à especificidade da profissão docente;

- secundar e reforçar a proposta da FENPROF de vinculação dos professores e educadores contratados - alguns precários há décadas e sem perspectivas de estabilização - no espaço negociado aberto em torno do acordo de princípios recentemente celebrado com o ME;

- acompanhar de forma exigente e activa a abertura de vagas de quadro para os concursos que o ME já acordou antecipar para 2011.

POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

A Assembleia Geral de Sócios do SPGL, reunida em Lisboa, no dia 25/02/2010, tendo analisado a intenção manifestada pelo Governo de transferir a propriedade da totalidade das Escolas Secundárias para a Empresa Pública "Parque Escolar", e considerando que tal constituiu um primeiro passo para a privatização do Ensino Secundário,

decide:

1. Manifestar a sua frontal oposição à transferência de Escolas Públicas para a posse da "Parque Escolar", EP.

2. Exigir que as Escolas que foram já afectadas ao património da "Parque Escolar" regressem imediatamente ao Património do Estado.

3. Mandatar a Direcção do SPGL para que desenvolva todas as diligências possíveis, no plano legal e político, para concretizar esta resolução.

4. Dar conhecimento desta deliberação aos Órgãos da Comunicação Social.

Moções aprovadas na Assembleia Geral de Sócios de 25 de Fevereiro

Negociações com o Ministério da Educação: 2ª fase



Após a celebração do acordo entre o Ministério da Educação e as organizações sindicais, as reuniões entre as partes têm continuado como estava previsto. No passado dia 19 de Fevereiro teve lugar uma reunião para acertar, em termos legais, os pontos do acordo. Na sua proposta, o ministério entendeu incluir outras matérias para além das constantes do acordo, apresentando o texto do ECD reescrito. Neste quadro, a FENPROF tornou a apresentar as suas propostas para a revisão do ECD nomeadamente: direito à negociação colectiva, retirado na revisão imposta por MLR; regras para o ajustamento dos quadros de escola/agrupamento e integração nos quadros dos docentes com 3 anos de serviço; período probatório; aquisição de outras habilitações; horários (componente lectiva e não lectiva e organização dos horários dos CEF, Profissionais e EFA); redução da componente lectiva por idade e tempo de serviço; dispensa da componente lectiva por motivo de doença, retomando o conteúdo do artigo 81º do ECD revogada por MLR; faltas por conta do período de férias e aposentação.

No que respeita às matérias relativas ao acordo, a FENPROF apresentou propostas nomeadamente sobre o reposicionamento dos docentes dos primeiros escalões da carreira que, por força da aplicação de uma norma transitória do ECD de MLR, só integram efectivamente

o actual 1º escalão da carreira após cumprirem 3 anos no índice 151 (anterior 3º escalão da carreira) e 8 anos (nos dois primeiros escalões da anterior carreira, no caso dos bacharéis), defendendo que tal regime tem de terminar no final de 2010 e os docentes terão de ser posicionados nos escalões a que têm direito por força do tempo de serviço.

Apresentou igualmente uma proposta para resolver o problema da transição dos docentes do índice 245, defendendo que os docentes com a categoria de titular, posicionados naquele índice há menos de 4 anos e os docentes com a categoria de professor com menos de 5 anos, sejam posicionados no índice 272 quando perfeitarem 4 anos de acordo com as regras de progressão. Caso não obtenham vaga, transitem ao índice 299 logo que perfaçam 6 anos de serviço.

Quanto às normas transitórias de avaliação de desempenho a aplicar em 2009/2010 sobre as quais as DREs produziram recentemente uma informação, a FENPROF defendeu que aos docentes que transitam ao abrigo de DL 270/2009, a apreciação intercalar referida naquele diploma deve constar de uma declaração da direcção da escola que confirme os níveis de desempenho verificados no ciclo anterior. Que aos restantes docentes (contratados e docentes avaliados de regular ou insuficiente) se deve aplicar o primeiro *simplex* previsto pelo decreto regulamentar nº 11/2008 de 23 de Maio,

evitando assim que as escolas se vejam confrontadas com a necessidade de aplicar ainda o anterior modelo que tanta polémica deu e, brevemente, se vejam envolvidas com a preparação do novo modelo decorrente da revisão do ECD.

Na reunião de 24 de Fevereiro, algumas destas propostas foram, em princípio, aceites pelo ME: o direito à negociação, o alargamento das faltas – para 20 dias – dos docentes em período probatório, a fixação da periodicidade anual do concurso para progressão aos 5º e 7º escalões, as regras a aplicar à mobilidade dos docentes incapacitados para o exercício de funções e a certeza de que a partir de 31 de Dezembro de 2010 o ingresso na carreira se fará de facto no índice 167 para o qual transitarão os docentes dos quadros que se encontram no índice 151. Alegando dificuldades financeiras o ME não aceitou as nossas propostas sobre a progressão dos docentes colocados no índice 245, insistindo numa decisão injusta e eventualmente ilegal.

O ME informou estar a repensar a obrigatoriedade de avaliação (apreciação) intercalar para os docentes que mudam de escalão em 2010.

Sobre os horários, o ME não aceitou as nossas propostas, contrariando ostensivamente o que Isabel Alçada declarou, ainda há dias, à Comunicação Social.

As negociações continuarão durante o mês de Março. Acompanhe-as em www.spgl.pt ou em www.fenprof.pt ■

UM MODELO MORIBUNDO QUE A CASA PIA INSISTE EM REABILITAR E CREDIBILIZAR

Todos sabemos o que constituiu o tipo de avaliação de desempenho que o ME impôs aos professores, decorria o anterior ano lectivo. Basta passarmos a memória por alguns episódios tristes que se viveram nas escolas, sobretudo quando, num exercício legítimo de cidadania, os professores recusaram definir objectivos individuais, suspendendo o processo de avaliação: as ameaças de processos disciplinares, de dificuldades nos concursos, as pressões mais ou menos directas (no CED Pina Manique da Casa Pia de Lisboa, uma lista de 100 professores contactados à ordem do director para, um a um, entregarem no seu gabinete os OI), a corrida às aulas assistidas que só serviram para consolidar o modelo, a aventura dos portfólios ou das evidências, outro passo em tudo facilitador às direcções das escolas da justificação do modelo, uma bajulação aqui e ali às direcções por parte de alguns professores, que também os há, outras vezes uns silêncios em lugar de denúncias de algumas situações, a troca de favores sem valor nenhum, enfim, lixos que aquele modelo potenciava. E tudo, em nome dum falso mérito. E dum pretenso cumprimento legal, como mais tarde se veio a provar por altura da revogação do modelo, em que tal como sempre o afirmámos, os professores não eram obrigados a definir objectivos individuais, tão só a preencher a ficha de auto-avaliação. Na Casa Pia, à semelhança de muitos (cerca de 30 000), os professores, que até ao fim lutaram contra o modelo, entregaram a ficha, mas ainda sob protesto, só o fazendo porque de facto o despacho da ministra Lurdes Rodrigues assim o obrigava. E apenas isso.

Com a revogação do modelo, a direc-

ção da CPL e os directores tiveram de *engolir o sapo* de avaliar um grupo de professores a partir da ficha de auto-avaliação, quando insistiam no contrário, em reuniões com os representantes sindicais. Sucede que no CED (Centro de Educação e Desenvolvimento) Pina Manique, o seu director, Jorge Lemos, um acérrimo defensor do modelo e das políticas da educação da antiga legislatura, ao contrário dos directores dos restantes CED, quis penalizar aqueles que contestaram o modelo, primeiro, preparando o terreno com a solicitação ridícula das evidências, para em seguida, atribuir a esses professores uma menção de regular.

Os professores reclamaram para a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente, encabeçada pela Presidente do Conselho Directivo da Casa Pia. Além de não cumprir os prazos de resposta, a Casa Pia, pela análise da Comissão, partiu de pressupostos errados na análise das reclamações, fundamentando os resultados, na não apresentação de evidências, mantendo a menção de Regular a dois daqueles professores, sobretudo devido a uma fraquíssima pontuação no parâmetro “Participação na vida do CED”. Ou a Comissão não teve conhecimento de aspectos importantes do seu papel, ou a Comissão teve medo de questionar as premissas do trabalho que tinha em mãos. Lamentamos que a Sra. Presidente não tenha tido a consciência necessária sobre o que constituiu para a vida das escolas e também para a Casa Pia esta avaliação que por nós passou, era tempo que alguma pacificação viesse atenuar os estragos e danos sofridos. Por isso, não se compreende como se mantém um Regular a dois professores que o Dr. Jorge Lemos quis penalizar, à semelhança

de outras situações já vividas em Pina Manique. Os colegas em causa são os professores de Educação Física, Mauro França e de Português, Emília Lourenço - dois professores, irrepreensíveis no seu papel, cujo problema, para o entendimento da Casa Pia, foi o de nunca terem baixado os braços na contestação a um modelo arbitrário, injusto e que tão prejudicial foi para as escolas. Professores que a Casa Pia pretende assumir como profissionais *assim assim*, e que são docentes de reconhecida capacidade e profissionalismo, contando a Instituição, há longos anos, com o seu serviço efectivo.

Os professores do departamento de expressões e de línguas expressaram em abaixo-assinado a sua solidariedade ao professor Mauro França e à professora Emília Lourenço que o/a reconhecem como profissional competente e dedicado/a aos alunos e à Casa Pia. **O SPGL já accionou o apoio jurídico na prossecução dos respectivos recursos.**

Àqueles Professores que foram penalizados nas suas escolas, no rescaldo da aplicação do moribundo modelo de avaliação, por directores de Conselhos Executivos pouco escrupulosos, que, em retaliação e vingança à luta que esses Professores travaram, decidiram prejudicá-los nas classificações, o SPGL dar-lhes-á todo o apoio que tem ao dispor, quer no plano jurídico, quer no plano da acção reivindicativa, condenando, desde já, essas acções de retaliação e atitude de mau perder.

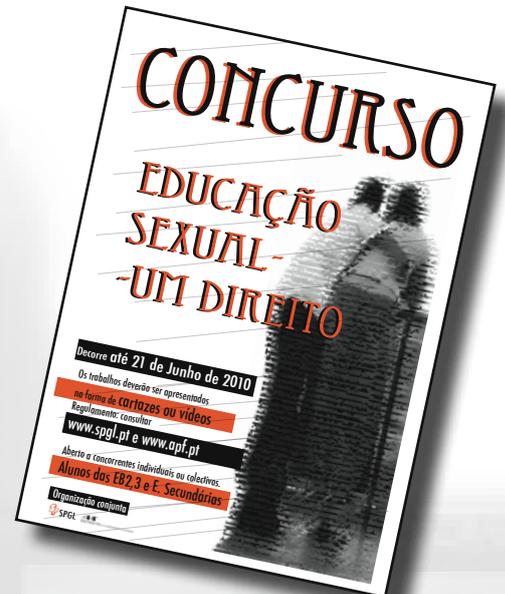
SE É VERDADE QUE TODOS PERDEMOS COM O MODELO DE AVALIAÇÃO QUE PÔS A ESCOLA DO AVES- SO, NÃO DEVERÁ SER UM SEQUER, DOS QUE SEMPRE DISSERAM NÃO A ESTE MODELO E QUE ARRISCARAM MUITO PARA QUE SE EVITASSE O PIOR PARA TODOS, O PROFESSOR MAIS SACRIFICADO.

O SPGL congratula todas aquelas e aqueles professores/as que não cederam na luta, pois sabiam que muito estava em jogo. E ainda bem. Valeu a pena combater uma avaliação que neste momento nos estaria novamente a cercar a todos e a não deixar sermos professores. Escola a escola. ■

Educação Sexual um Direito

Campanha integra um concurso

Educação Sexual – um Direito, é o lema da campanha lançada pelo SPGL e a Associação para o Planeamento da Família (APF) dia 10 de Fevereiro, na Escola 2,3 do Bairro Padre Cruz, em Lisboa. Uma campanha que inclui um concurso subordinado a esse mesmo tema, e dirigido aos alunos das escolas 2,3 e secundárias.



presentes António Avelãs, presidente do SPGL, Duarte Vilar, director executivo da APF, alunos da escola e professores de diferentes escolas.

O concurso – elemento importante da campanha – surge, como foi sublinhado por António Avelãs, como uma forma de apoio ao trabalho dos professores numa área complexa e entretanto essencial para o desenvolvimento pessoal e humano de crianças e jovens. E em que a escola tem um papel importante a desempenhar.

Duarte Vilar fez um breve historial da Educação Sexual, lembrando que a primeira lei referente à Educação Sexual (entretanto esquecida) foi há 26 anos. A campanha agora lançada, pode ajudar a implementar de facto a educação sexual nas escolas, considerou o director executivo da APF, sublinhando a sua importância. “A educação sexual é necessária, não só para evitar problemas, mas porque a sexualidade é um elemento importante das nossas vidas.” No debate que teve lugar, ressaltaram problemas como a necessidade de formação dos docentes (neste momento a formação existente tem preços proibitivos – “mais do que o salário de um professor”) e a urgência em que seja concretizada a regulamentação para que a legislação aprovada pela Assembleia da República seja de facto concretizada. ■

A campanha integra um **concurso** de elaboração de cartazes e/ou vídeos sobre o tema, promovendo desta forma o debate nas escolas em torno desta realidade.

O concurso destina-se aos alunos dos 2º e 3º CEB e do Secundário, que poderão participar individualmente ou em grupo.

O **júri** do concurso é constituído por Daniel Sampaio, Duarte Vilar, Francisco Janeiro, Margarida Gaspar de Matos e Margarida Gil.

Para além da ampla **divulgação** e do prémio que será atribuído ao melhor trabalho em cada categoria, o SPGL compromete-se a fazer exposição pública de todos os trabalhos.

A Educação Sexual, como um direito, e mais concretamente a sua implementação prática nas escolas, tem tido uma vida acidentada. Uma realidade ainda não superada (apesar do ME referir que mais de metade das escolas já estariam a levar à prática a lei entretanto aprovada mas ainda não regulamentada).

Daí o interesse da campanha agora iniciada e em cujo lançamento estiveram

ECPDESP

Aprovado um regime de transição mais justo

O regime de transição do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior – ECPDESP, foi corrigido com alterações a aspectos muito negativos do diploma em vigor.

A votação na especialidade, pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, das alterações ao regime de transição do ECPDESP, levou à aprovação de um regime de transição para os docentes do Politécnico muito mais justo do que o que se encontra ainda em vigor.

Entre as alterações registadas a FENPROF destaca a aprovação, para os assistentes, de normas semelhantes às aprovadas para os docentes equiparados e ainda a adopção de várias medidas que visam conferir maior estabilidade de emprego e profissional, garantindo-se a passagem a contrato por tempo indeterminado a muitos docentes que exercem a profissão há muitos anos em regime de trabalho precário e a possibilidade de muitos outros virem a conseguir esta mesma passagem, caso obtenham com êxito uma das novas habilitações de referência (uma síntese das mudanças aprovadas pode ser consultada no endereço: www.fenprof.pt/superior/).

A FENPROF sublinha que estes resultados testemunham da correcção da sua estratégia de “não obstaculizar a entrada em vigor do diploma e de apostar na sua modificação no Parlamento, no novo quadro saído das eleições”. E são um reflexo “das posições, das acções e das lutas desenvolvidas pelos docentes do Politécnico”.

O Secretariado da FENPROF frisa ainda que “a intervenção dos docentes, neste novo quadro, para assegurar as condições indispensáveis para aquisição das qualificações, em cada escola e instituição, será determinante”. ■

Plenários Sindicais

Bráulio Martins

Coordenador do Departamento de Profs e Ed. Aposentados

Na última semana de Janeiro o nosso departamento realizou reuniões com os sócios aposentados em Caldas da Rainha, Lisboa, Santarém e Setúbal. Nestas reuniões estiveram presentes cerca de sessenta sócios com realce para Lisboa com 39 presenças. No ponto de informações foi possível enumerar as acções em que o Departamento tem participado, tanto a nível de docentes como colaborando e participando com os outros sindicatos a nível da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e da CGTP na defesa dos interesses e dignidade dos aposentados e pensionistas.

Na discussão da acção reivindicativa pudemos apresentar as nossas reivindicações e ouvir as propostas dos sócios. Foram debatidas as alterações das regras de aposentação que provocam indignação geral e particularmente as regras para o aumento das pensões, dependentes do Indexante de Apoios Sociais (IAS) e do Factor de Sustentabilidade (e da vontade do Governo...) que mais uma vez impedem o seu aumento. A juntar a isto há um aumento dos descontos para a ADSE e provavelmente do IRS o que virá diminuir de forma

pesada o rendimento líquido e real dos docentes.

É pois necessário a união de todos para que a revisão do IAS e a revogação do factor de sustentabilidade aconteçam rapidamente como é reivindicação dos sindicatos.

Outro assunto que continua a causar a maior indignação é o desconto para a ADSE nos 13º e 14º meses aos aposentados da Função Pública quando tal desconto não é feito aos funcionários do activo nem aos reformados da Segurança Social. Esta discriminação não é justa como foi até reconhecida pelo senhor ministro das finanças mas que até à data nada fez para alterar a situação.

Em conclusão, podemos dizer que a vontade dos nossos sócios é de lutar e mostrar que estamos aposentados mas não parados ou adormecidos. Continuaremos a organizar e participar em todas as acções para defesa da Escola Pública, dos Educadores e Professores e dos Aposentados e Pensionistas em geral e a desenvolver a interacção com os departamentos de aposentados dos outros sindicatos da FENPROF, da USL e da CGTP.

É também intenção deste departamento continuar a organização de acções de carácter sócio-cultural destinadas a sócios aposentados e do activo e manter informação regular no Escola-Informação e no site do SPGL; ■

Aumentos das pensões em 2010

(Portaria 1458/09, de 31 de Dezembro):

Pensões até 628,83 €.....	1,25%
Pensões de 628,83 €até 1500€.....	1%
Pensões superiores a 1500€.....	0%

Faz de conta que sou feliz...

Contratados e desempregados concentraram-se frente ao ME em acção simbólica. Várias dezenas de professores e educadores contratados e desempregados concentraram-se, no fim do dia 18 de Fevereiro, junto ao ME numa acção simbólica de protesto contra a opção deste Governo pela precariedade.

“Faz de conta que sou feliz... mas sou despedido a 31 de Agosto, se não for antes”, “Faz de conta que sou feliz... mas sou contratado há 10 anos” e outras frases de idêntico teor podiam ler-se em grandes livros que os professores usaram às costas lembrando que a precariedade é sempre um atentado. Um atentado contra a vida dos professores, condenada à precariedade, mas também contra a escola pública que se vê assim impedida, ano após ano, de trabalhar e de se organizar em torno de um corpo docente estável.

Mais de 23 000 professores contratados



desde Setembro de 2009 (em ano de concurso em que foram vinculados somente 396), segundo dados fornecidos pelo próprio ME, dão bem a dimensão da precariedade na profissão docente. E revelam que esta foi uma opção do Governo.

A exigência de um período extraordinário de vinculação para os professores contratados e o apuramento de vagas de acordo com as reais necessidades das escolas para o próximo concurso de 2011 foram as exigências que uma delegação do SPGL apresentou no ME onde foi recebida no final da concentração. As respostas, vagas, reforçam a necessidade de lutar por uma profissão em que a estabilidade não seja uma excepção mas a regra. ■



Trabalhadores recusam pagar a factura da crise

Os professores e educadores, participaram, dia 5 de Fevereiro, na manifestação nacional que juntou milhares de trabalhadores da Função Pública em Lisboa, para exigir uma outra política e recusar pagar a factura da crise.

Em causa está a imposição, por parte do Governo, do congelamento de salários para a Função Pública e de uma gravosa alteração das regras de cálculo da aposentação.

De salientar que as perdas de poder de compra nos últimos dez anos são de cerca de 6%. Para os professores e educadores, como salienta o SPGL no apelo à sua participação, a alteração das regras relativas à aposentação significa também o anular da expectativa, criada em Dezembro, de “muitos docentes virem a atingir o topo da carreira, com as consequentes implicações nos montantes das respectivas reformas”.

Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, na sua intervenção aos manifestantes concentrados frente ao Ministério das Finanças, disse que “a luta tem de continuar”, sublinhando: “o Governo deve sair desta posição de congelamento salarial, até porque a sociedade, para sair da actual crise, precisa de mais emprego e de melhores salários”.

Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, frisou que o Governo tem de perceber que não pode resolver os problemas do país à custa dos trabalhadores. ■



8 DE MARÇO Marcha Mundial das Mulheres

Este ano, novamente a 8 de Março, mulheres de todo o mundo integradas na **Marcha Mundial das Mulheres** vão iniciar acções globais em todo o mundo. Inicialmente mobilizadas em torno da luta contra a pobreza e a violência (2000), posteriormente propondo uma Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade em torno dos valores da Igualdade, Liberdade, Solidariedade, Justiça e Paz (2005), surgem de novo em 2010 com acções globais para mobilizar as mulheres e interpelar a sociedade no geral, no sentido de lutarmos por um mundo mais justo que respeite as mulheres nos seus direitos, não as discriminando.

Em Portugal, as acções da Marcha Mundial das Mulheres iniciar-se-ão com uma acção **em Lisboa, com início a partir das 17h, no Rossio**. A coordenadora nacional desta rede feminista fará aí o início da mobilização da marcha que seguirá para outras regiões e cidades do país (Coimbra, Viseu, Setúbal, Porto, Braga, Açores, entre outras). Em

torno dos 4 temas Bem Comum, Trabalho das Mulheres, Violência sobre as Mulheres e Paz e Desmilitarização, as acções que se estenderão de 8 a 18 de Março terão vários formatos que vão desde concentrações, a debates, ciclos de cinema e acções de sensibilização.

O SPGL é uma das muitas organizações que se juntaram a estas iniciativas, integrando-se no espírito de defesa da escola pública e de uma escola defensora dos valores da solidariedade, da justiça, da paz, da igualdade e da liberdade.

Para mais informações

sobre a Marcha:

<http://www.marchemondiale.org>
<http://marchamundialdasmulheres.blogspot.com/>
http://www.marchemondiale.org/actions/2010action/es/?set_language=es&cl=es

Para contactar-nos:

mmmulherespt@gmail.com



Ana Paula Amaral e Eduardo Henriques
Membros do Movimento 3Rs

Assinar acordos a qualquer preço?

A 8 de Janeiro passado o SPGL e a FENPROF, entre outras direcções sindicais, subscreveram um Acordo com a Ministra da Educação – e por esta via com o governo de Sócrates – que estabelece os contornos de toda a carreira docente para os próximos anos. Uma responsabilidade que recai sobre os ombros de Mário Nogueira, de António Avelãs e de todos os dirigentes que, face à divisão registada dentro do Secretariado Nacional – 12 votos a favor da assinatura e 12 contra, tendo M. Nogueira “desempatado” a favor da assinatura – não consideraram sequer a hipótese de interromper as negociações e consultar a base da classe. É caso para perguntar: tinha que, imperiosamente, ser assinado um acordo com o ME, e a qualquer preço? Para mais numa altura em que o Governo enfraquece com a luta e contestação na rua de vários sectores de trabalhadores (veja-se o caso dos enfermeiros)?

Em lugar de unificar a nossa luta com a desses sectores, o SPGL e a FENPROF assinaram um Acordo que “acalmou” e dividiu os professores – o que só pode favorecer o Governo e a sua política de direita.

Demasiadas concessões ao ECD de MLR

As reuniões nas escolas que não se fizeram **antes** da assinatura do Acordo agora proliferam. Os dirigentes do SPGL esforçam-se por convencer os professores que a decisão de assinar o Acordo foi correcta e, mais do que isso, “*um acto de grande responsabilidade*” (A. Avelãs no último Escola Informação). Tomam como ponto de comparação o ECD de M^a Lurdes Rodrigues (MLR). Não se entende porquê. Se é certo que terminou a famigerada divisão entre professores e titulares (uma das cedências que o governo minoritário teve que fazer para salvar o essencial da sua política) a verdade é que são feitas

demasiadas concessões ao ECD de MLR. Senão, vejamos:

- O regime de **avaliação de desempenho** (ADD) é muito parecido: avaliações a cada 2 anos, obrigando os professores a uma sucessão de tarefas avaliativas em detrimento do trabalho pedagógico; manutenção de quotas para os Muito Bons e Excelentes; observação de aulas obrigatória em 2 momentos da carreira; professores a “observar” e avaliar professores (antes era um titular que o fazia, agora mantém-se a função e o colega chama-se “relator”); um júri de avaliação demasiado dependente do director; etc.

No regime de transição entre carreiras, aceitam-se **situações de favorecimento para os titulares-que-já-não-o-são** – ver, por exemplo, o reposicionamento dos ex-titulares do índice 245. São aceites também as classificações atribuídas ao abrigo da ADD de MLR; ignora-se que esses M. Bons e Excelentes, que agora vão beneficiar uns tantos na

transição da carreira, foram atribuídos num quadro de grande resistência e recusa do modelo e por isso estão impregnados de desigualdades e injustiças. Quem mais resistiu ao modelo e não se candidatou ao Muito Bom ou Excelente “à moda de MLR”, é agora castigado. As condições de acesso aos **escalões de topo** no regime de transição incluem os tempos de serviço do ECD de MLR - 6 anos, em vez dos 4 anos que decorrem do Acordo. Por causa de serem exigidos esses 6 anos em conjunto com impossíveis classificações de vários M. Bons e Excelentes, só uma minoria de professores chegará ao índice 370 (“rebuçado” dado por MLR para aliciar os professores mais velhos) antes de se reformarem.

Mantém-se a **prova de ingresso** na carreira, e não vale dizer que os professores contratados que estão no sistema e que obtiveram pelo menos uma avaliação de Bom (mais uma concessão ao anterior regime de

ADD) estão dispensados dela, porque: os professores que tiveram o azar de ficar desempregados nos últimos 2 anos e por isso não foram sujeitos a avaliação não estão dispensados; os professores que tiveram o azar de só encontrar trabalho nas AECs nos últimos anos não estão dispensados; e os novos professores não estão dispensados.

Todos podem chegar ao topo da carreira?

O grande argumento dos responsáveis do SPGL para justificar a assinatura deste Acordo tem sido que, a partir de agora, “todos os professores podem chegar ao topo da carreira”. É dito e redito nas reuniões sindicais, como uma cartilha. É teoricamente verdade, se pensarmos que **chegar ao topo com 65 ou mais anos de idade e mais de 40 de serviço** é algo com que nos devemos rego-

zizar. Basta analisar uma qualquer situação, por exemplo a seguinte:

Professor que iniciou a profissão aos 22 anos. Em Setembro de 2009 tinha 40 anos de idade e 18 de serviço. Actualmente está no 2º escalão (índice 188). Devido ao congelamento do tempo entre Agosto de 2005 e Dezembro de 2007, passará para o 3º escalão (índice 205) algures entre Maio e Julho de 2011...

Mesmo que seja um “excelente” ou “muito bom” professor que progride na carreira sem paragens nos 4º e 6º escalões (por causa das vagas no acesso a estes escalões) chegará aos 65 anos, actual idade da reforma, sem ter atingido o topo da carreira, e mesmo assim terá que trabalhar mais de 40 anos. Se tiver uma paragem num dos escalões, com 65 anos estará apenas no 8º escalão (índice 299) e terá trabalhado... 43 anos! Es-

cusado será dizer que, se ocorrer uma 2ª paragem na progressão, estará ainda em piores condições! Esta situação, que só por ironia se pode chamar de “aspecto positivo do Acordo”, deve-se a dois factores: **a)** uma carreira que o ME tornou excepcionalmente longa; **b)** o reposicionamento dos professores definido pelo Acordo ignora os seus tempos reais de serviço, pois determina que cumpram o tempo de permanência no escalão onde se encontram e depois passem obrigatoriamente para o escalão **seguinte**, independentemente do seu tempo de serviço **global**.

Mais um roubo no tempo de serviço!

Vejam os casos concretos: a uma professora com 16 anos de serviço e que, devido ao congelamento do tempo do 1º governo Sócrates, tem contados neste momento 13,5

anos, o reposicionamento obriga a que passe para o escalão seguinte como se tivesse apenas... 9 anos de serviço! Os casos repetem-se com outros colegas, todos dizem o mesmo: “*É um 2º roubo do tempo.*” Só que, desta vez, levou a assinatura das direcções sindicais! É este o problema, e voltamos à pergunta inicial: como foi possível o SPGL e a FENPROF subscreverem um texto que, no essencial, é lesivo para a classe – e sem sequer a consultar? Em Janeiro de 2007 não assinaram o ECD de MLR e isso foi um factor que ajudou à resistência organizada e unida da classe. Hoje estão **comprometidos com a Ministra**, por via do Acordo.

Não é impossível que a mobilização acabe por, na prática, rasgá-lo. Mas é muito mais difícil.

<http://3rs-spgl.blogspot.com> ■

Nota da Redacção

No artigo de opinião subscrito por Ana Paula Amaral e Eduardo Henriques é feita uma afirmação aparentemente baseada num meu artigo publicado na edição anterior desta mesma revista (*Cronologia de um Acordo*) que não corresponde ao que, efectivamente, lá está escrito. Afirmam os autores que

“(...) *Mário Nogueira desempatou a favor da assinatura*”. Tal não corresponde à verdade. O que se afirma no artigo que escrevi e mantenho é que “*Dos 25 presentes o secretário-geral não votou e o resultado redundou num empate – 12/12. A margem de negociação da comissão negociadora foi então bem definida – ou havia*

garantia de que todos os professores classificados com Bom na avaliação de desempenho chegam ao topo da carreira, em tempo útil, ou haveria desacordo”. Como se compreende, isto é exactamente o contrário do que afirmam os colegas do artigo de opinião aqui publicado – aquele empate significaria, a manter-se a pro-

posta do ME em análise naquele momento, a não assinatura do acordo. Houve depois nova proposta que, no entender da Comissão Negociadora, cumpria a condição para a assinatura. Quanto ao resto do artigo abstenho-me de o comentar, como é óbvio, é do domínio da opinião.

Manuel Grilo

Lembrar Gaza

Depois do **Massacre,**
o cerco

Lisboa, Largo de S. Domingos, 18 de Janeiro. Um fim de tarde em que algumas dezenas de pessoas se juntaram para, uma vez mais, "Lembrar Gaza". Num local profundamente simbólico – onde, em 19 de Abril de 1506 teve início o massacre de judeus. Hoje, é o massacre de palestinianos que se assinala. Uma iniciativa de que o SPGL é também promotor.



Foi há pouco mais de um ano, a 27 de Dezembro de 2008, que Israel lançou mais um ataque militar contra a população de Gaza – a operação militar "Chumbo Fundido".

Nesta operação militar, lembra o folheto distribuído no Largo de S. Domingos, "as forças armadas israelitas lançaram fósforo branco sobre zonas urbanas densamente povoadas e lançaram fogo a mesquitas, escolas, hospitais, cimenteiras, instalações da ONU, padarias e habitações".

A 18 de Janeiro, finda a operação, mais de 1400 palestinianos tinham sido assassinados. De entre os quais centenas de crianças, evocadas nesta iniciativa com o lançamento de balões negros, com o nome de cada uma delas.

A gravidade dos crimes cometidos quando desta acção militar de Israel foi denunciada nomeadamente pelo Relatório Goldstone, que imputou a Israel graves crimes contra a Humanidade durante a operação "Chumbo Fundido", e concluiu que o Estado de Israel, as suas Forças Armadas e o seu Governo têm vindo a cometer graves crimes contra a Humanidade pelo castigo colectivo deliberadamente planeado e imposto sobre o povo palestiniano com o bloqueio de Gaza.

Um ano após o fim do massacre e a retirada das tropas de Israel de Gaza, o cerco mantém-se.

Israel nem sequer deixa entrar cimento e a limitada reconstrução em curso é feita com materiais dos escombros. Em termos humanitários e de saúde pública, a situação é calamitosa.

Temos que pôr fim ao genocídio

Na sua intervenção na iniciativa por Gaza, Alan Stoleroff sublinhou a urgência de pôr fim ao genocídio de Gaza. "Este genocídio que tem procedido a ritmo intermitente, começando com o desenraizamento do povo como tática de guerra em 1947 e continuando com actos de repressão violenta em 1958, 1967, durante a primeira Intifada, com incursões rotineiras durante o «Processo de Paz», com bombardeamentos contínuos após a segunda Intifada e sobretudo com o bloqueio e o cerco desde então".

Bem antes da operação "Chumbo Fundido", lembra Stoleroff, "Sara Roy, economista de Harvard, tinha alertado para a destruição da economia de Gaza e Mary Robinson, a Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, tinha falado na «destruição de toda a civilização de Gaza». A operação Chumbo Fundido foi a culminação da política de genocídio com a sua destruição e com os 1400 mortos, 313 dos quais crianças".

As pequenas iniciativas nestes dias realizadas em Portugal para "Lembrar Gaza" são, nas palavras de Stoleroff, "mais um passo na construção de uma

movimento de opinião e de acção" que permita transmitir a mensagem de que "é obrigação da política portuguesa pautar-se pela aplicação do direito internacional ao caso da ocupação israelita e pelo direito de auto-determinação do povo palestiniano".

BOMBAS DE FÓSFORO. Um testemunho

"Nas suas memórias, publicadas com o título *Pity the Nation: The Abduction of Lebanon*, o correspondente britânico Robert Fisk descreveu as bombas de fósforo israelitas:

A história da Dr.^a Shammaa era horrível. Falhou-lhe a voz quando contou: «Tive de pegar naqueles bebés e de os meter em baldes de água para conseguir apagar as chamas em que estavam a arder», disse ela. «Tirei-os dos baldes uma hora e meia depois, mas continuavam a arder. Mesmo na morgue, continuavam a arder em fogo lento durante várias horas».

"As madrugadas em Jenin", Susan Abulhawa

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9143
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel.: 219212573 Fax: 219212559

•Parede

Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

•Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha

Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes

Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar

Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas

Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º

2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal

Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Conhecer Portugal

Cruzeiro no Alto Douro Vinhateiro e cidade do Porto 5 a 9 de Abril



**Dia 5/4 - 08h – Partida de Sete Rios, junto do portão principal do Jardim Zoológico.
9h 30 – Partida de Santarém na paragem junto ao shopping.**

Paragem em Constância – terra ribeirinha de origem remota, refúgio de Poetas e Reis! Aqui viveu Camões! Aqui escreveu alguma da sua lírica aquando do desterro no Ribatejo, por volta de 1546/47. Aqui esteve El-rei D. Sebastião, refugiando-se da peste! Aqui viveram Vasco de Lima Couto e Alexandre O'Neill. Terra sem Era e cheia de História!

Visita a Belmonte – terra natal do navegador Pedro Álvares Cabral e centro histórico da comunidade judaica em Portugal. Almoço Livre. Visitas ao Castelo, Museu Judaico, Museu dos Descobrimentos, Igreja de Santiago e Museu do azeite.

Continuação da viagem até à Guarda – Alojamento e jantar no Hotel de Turismo da Guarda.

Dia 6/4 – 8h 30m – Partida para Barca d'Alva. 10h 30m - Início do cruzeiro Barca d'Alva – Régua.

Passagem pelas Barragens do Pocinho (desnível de 20 metros), da Valeira (desnível de 32 metros) e de Bagaúste (desnível de 27 metros). Serviços de aperitivo de vinho do Porto e almoço a bordo. Chegada à Régua cerca das 18h.

Viagem para Vila Real. Alojamento e jantar no Hotel Mira Corgo.

Dia 7/4 – 9h - partida com destino à cidade do Porto. Paragem em Amarante.

Visita à Igreja de S. Gonçalo e Museu Municipal Amadeo Sousa Cardoso. Almoço livre.

Continuação da viagem até à cidade do Porto. Visita guiada à Casa da Música. Alojamento no Hotel Tuella. Jantar livre.

Dia 8/4 – 9h 30m partida para a Casa de Serralves.

Visita guiada ao Museu de Arte contemporânea e jardim. Almoço livre.

15h - Passeio em barco rabelo na foz do rio Douro seguido de visita guiada às Caves Graham's com prova de vinhos. Resto da tarde e Jantar livre.

Dia 9/4 – Manhã livre. Almoço livre.

15h – Visita à exposição “RESISTÊNCIA. Da alternativa Republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)” no Centro Português de Fotografia.

19h - Chegada a Santarém na paragem junto ao shopping.

20h - Chegada a Lisboa em Sete Rios.

Preço: 250€ pessoa em quarto duplo. 300€ em quarto individual

Inclui:

- Viagem em autocarro de turismo;
- 4 noites de alojamento em hotel c/ pequeno-almoço incluído;
- 2 jantares;
- Cruzeiro Barca D'Alva – Régua c/ almoço incluído;
- Passeio em Barco Rabelo na Foz do Rio Douro;
- Visita às caves do vinho do Porto Graham's;
- Entradas em Museus e Monumentos;
- Seguro de Viagem;

Viagem a (Al-Mamlakah al-Urduniyah al-Hashimiyah) Reino Hachemita da Jordânia

de 27 de Maio a 3 de Junho



Número mínimo de participantes: 25
6 almoços e 7 jantares

Preços por pessoa:

Em quarto duplo: 1440€ (3x480€)

Em quarto single: 1650€ (3x550€)

Forma de pagamento: 3 cheques pré-datados – 20/Março, 20/Abril, 20/ Maio

Itinerário

DIA 27/5: LISBOA/ ISTAMBUL / AMMAN

Apresentação no aeroporto 02 horas antes da partida. Formalidades de embarque. Voo com destino a Amman via Istambul. Chegada e assistência por parte dos nossos representantes e trâmites de visto. Transporte, jantar e alojamento no Hotel Arena Space****.

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS
Ficha de Inscrição CRUZEIRO NO ALTO DOURO VINHATEIRO E CIDADE DO PORTO - 5 a 9 de Abril

Nome _____ idade _____ N° de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C. Postal _____ - Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

Pagamento: Cheque nº _____ do Banco _____ no valor total de _____ Euros€

Nota: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, até ao dia 10 de Março, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegações regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL. **Nota:** Telefone de contacto: 960202007

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

DIA 28/5: AMMAN/ JERASH/ AJLUN/ AMMAN

Saída para realizar uma visita panorâmica à cidade de **Amman**: as avenidas mais importantes, a cidadela, o centro urbano e o Teatro Romano. Continuação até à cidade de Jerash, uma das cidades da Decápolis. **Jerash** encontra-se a norte de Amman, aproximadamente a 45 km e a uma hora de distância por estrada. Durante a excursão, visitaremos o Arco do Triunfo, a Praça Oval, o Cardo, a Colunata, o Templo de Afrodite e finalizando, o Teatro Romano, com uma maravilhosa acústica. Almoço em restaurante local. De seguida visitaremos o **Castelo de Ajlun**, fortaleza construída em 1185 e reconstruída mais tarde no século XIII pelos mamelucos depois da sua destruição pelos mongóis. É um castelo da época dos cruzados, situado no alto da montanha e do qual se contempla uma bonita vista. Regresso a Amman.

DIA 29/5: AMMAN/ CASTELOS DO DESERTO/ MAR MORTO

Visita aos “castelos do deserto” na zona oriental, que foram construídos em três épocas diferentes: romana, bizantina e omeia: o enigmático **castelo de Kharraneh**, um forte romano transformado em karvanshary, **Qasr Amra**, um palácio do século VII com frescos únicos no mundo islâmico, e o **forte romano de Azrak**, situado no meio do **Oasis de Azrak**. Almoço em restaurante local. Visita ao Mar Morto, descendo a cerca de 400 metros sob do nível do mar onde poderá desfrutar de um banho. Alojamento e jantar no Hotel Dead Sea Spa****.

DIA 30/5: MAR MORTO/ MADABA/ MONTE NEBO/ KERAK/ PETRA

Saída até **Madaba**, visita à **Igreja de São Jorge**, onde se encontra o famoso mosaico que representa todos os territórios bíblicos;

continuação até ao **Monte Nebo**, de cujo topo Moisés avistou a terra prometida e visita à sua igreja. Almoço em restaurante local. Continuação através dos vales bíblicos até **Kerak**, onde se encontra uma grande fortaleza construída pelos Templários. Chegada a uma das **sete maravilhas do mundo** – a cidade de **Petra**. Jantar e alojamento no Hotel Marriot*****.

DIA 31/5: PETRA

Dia completo de visita à extraordinária cidade de **Petra**, “a cidade rosa”, centro da civilização nabatea que floresceu durante 500 anos. Os nabateos, nómadas beduínos, criaram a cidade há cerca de 2000 anos entre um círculo de impenetráveis montanhas, unicamente acessível através de um estreito canhão de 1 km de longitude, conhecido como **Sik**, que evitava as invasões do exterior. Na cidade encontram-se vestígios de várias épocas: o teatro romano, os túmulos reais, casas de vários períodos, câmaras funerárias, salões de banquetes, banhos, etc.

DIA 1/6: PETRA/ WADI RUM/ AQABA

Excursão ao deserto de **Wadi Rum** e passeio em veículos 4x4. Entraremos nas areias rosadas deste deserto com um encanto especial proporcionado pelos maciços graníticos que a natureza modelou com formas caprichosas. Saída até **Áqaba**. Almoço em restaurante local. Tarde livre em **Aqaba**. Jantar e alojamento no Hotel Golden Tulip****.

DIA 2/6: AQABA/ AMMAN

Manhã livre em **Aqaba**, na costa do **Mar Vermelho**, para desfrutar da praia e dos excelentes fundos marinhos, bem como passear pela zona ou praticar mergulho. Almoço em restaurante local. À hora prevista transporte terrestre até **Amman**. Chegada, jantar e alojamento no Hotel Arena

Space****.

DIA 3/6: AMMAN/ ISTAMBUL/LISBOA

Pequeno-almoço e transporte ao aeroporto de Amman. Voo com destino a Lisboa via Istambul. Chegada e fim da viagem.

Os preços incluem:

- Passagem aérea em voo regular da Turkish Airline, em classe económica, via Istambul.
- Estadia em regime de pensão completa nos hotéis indicados ou similares.
- Visitas segundo o itinerário com guias locais em Português ou espanhol.
- Seguro de viagem.
- Visto e Taxas de aeroporto, segurança e combustível.

Os preços não incluem:

- Gratificações, bebidas e despesas de carácter pessoal.
- Quaisquer serviços não mencionados no itinerário.

Notas Gerais:

- Os valores incluídos das taxas de aeroporto, segurança e combustível (173€ são à data de hoje e estão sujeitos a alteração sem aviso prévio pelo que serão reconfirmados no acto de emissão da documentação.
- Os preços estão sujeitos a possíveis ajustamentos tarifários e/ou cambiais.
- A ordem das visitas poderá ser alterada.

Obrigatório Passaporte válido no mínimo até seis meses após a data de regresso a Portugal

Serviço opcional: Seguro VIP – 30€ (inclui seguro de cancelamento e interrupção de viagem).

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

Ficha de Inscrição **Jordânia – de 27 de Maio a 3 de Junho**

Nome _____ idade _____ Nº de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C. Postal _____ - _____ Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

Pagamento: Cheques nº _____, nº _____, nº _____
do Banco _____ no valor total de _____ Euros

Os cheques deverão ser endossados ao SPGL

Nota 1: A ficha de inscrição, acompanhada dos respectivos cheques, deverá ser enviada até ao dia 20 de Março, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, ou entregue em mão na sede ou delegações do SPGL. **Nota 2:** Os inscritos serão contactados logo que a viagem esteja confirmada. **Nota 3:** Telm. de contacto: 960202007

Legislação

- **Portaria nº 1388/09, 12/11**
Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos, para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial.
- **Dec-Lei nº 324/09, 29/12**
Modifica, transitoriamente, durante o ano de 2010, o prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego.
- **Despacho nº 27220/09, 18/12**
Alteração ao despacho nº 7345/09 sobre o prémio nacional de professores.
- **Despacho nº 27495/09, 23/12**
Aprova os modelos de certificação de competências TIC.
- **Resolução da Assembleia República nº 108/09**
recomenda que no âmbito do processo negocial em curso e no prazo de 30 dias seja revogada a divisão da carreira docente nas categorias hierárquicas de Professor e Professor Titular e seja concretizado um novo regime de avaliação do desempenho dos docentes.
- **Despacho nº 1/2010, 4/1**
Aprova a rede oficial de cursos de ensino de português da República da África do Sul, Namíbia e Suazilândia para o ano escolar 2010.
- **Despacho 100/2010, 5/1**
É criada a Comissão de Acompanhamento do Programa Mais Sucesso Escolar.

Departamento de Cultura

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa



Reestruturar o Departamento de Cultura

A reestruturação do Departamento prossegue, paulatinamente, dependente que está, como não podia deixar de ser, de várias vontades, circunstâncias e hábitos. Será evidente para a maioria dos sócios do SPGL que também o Departamento aplique aquilo que os Estatutos do Sindicato e o Programa da Direcção determinam. Assim, em breves palavras, a reestruturação caminha numa direcção contrária àquela que pretende arrumar os professores (sócios do SPGL) no canto do consumo cultural. Nós, sócios do SPGL somos POVO. É certo que assistimos a representações artísticas, que entramos nos museus e nas exposições acompanhados de outro PÚBLICO. Mas não é nossa a 'passividade' do PÚBLICO. Em vez disso, distinguem-nos a actividade e a criatividade. A acção do Departamento pautar-se-á pelo princípio simples, acabado de enunciar.

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



Organização: Departamento da Cultura do SPGL

Sede do SPGL . Lisboa . 18 Horas

Conversa realizada
24 de Fevereiro
• **Guilherme Abreu**
Educar para a autonomia

Próximas Conversas

17 de Março

• **Ivo Dias de Sousa**
Guia para a vida - ter mais sorte

15 de Abril

• **Joaquim Gronita**
Necessidades Especiais
- Guia para Educadores

Protecção na parentalidade: Licença parental inicial e licença parental exclusiva da mãe

Por aplicação do disposto no artigo 22º da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, passou a aplicar-se aos trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente da natureza do seu vínculo, o disposto no Código do Trabalho, em matéria de protecção da maternidade e da paternidade. A aplicação de tal regime coincidiu com a entrada em vigor da Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, ocorrida em 1/05/2009, que procedeu à aprovação do novo Código do Trabalho.

Tendo em conta a significativa extensão do regime jurídico da matéria em questão, a sua abordagem terá que ser repartida por mais do que um espaço dedicado ao “Consultório Jurídico”, chamando a atenção para o facto de tal regime, se aplicar não só aos docentes que exercem funções no ensino público como também aos do ensino privado.

Assim, decidi iniciar a abordagem desta matéria pelas modalidades de licença parental, previstas no artigo 39º do C.T. (licença parental inicial, licença parental inicial exclusiva da mãe, licença parental inicial a gozar pelo pai por impossibilidade da mãe e licença parental exclusiva do pai) centrando-me, neste número, apenas nas duas primeiras.

. O regime jurídico destas duas modalidades de licença parental inicial encontram-se previstos respectivamente, nos artigos 40º e 41º do Código do Trabalho. De acordo com o primeiro dos referidos normativos a mãe e o pai trabalhadores têm direito à referida licença parental inicial por nascimento do filho, **a qual tem a duração de 120 ou 150 dias** consecutivos, cujo gozo podem partilhar após o parto.

O gozo de tal licença não prejudica, no entanto, os direitos atribuídos à mãe, no âmbito da licença parental exclusiva da mesma, consubstanciados no direito a gozar até **30 dias** antes do parto e no gozo obrigatório de **seis semanas** a seguir ao parto (cf. Artigo 41º do C.T.).

. A lei prevê ainda que a licença parental inicial é acrescida **em 30 dias**, caso cada um dos progenitores goze, em exclusivo, um período de **30 dias** consecutivos ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o mencionado gozo obrigatório de seis semanas, pela

mãe, a seguir ao parto.

No caso de nascimento múltiplos o período de licença parental inicial é acrescido de 30 dias por cada gémeo, além do primeiro.

. Consoante os pais partilhem ou não do gozo da licença, os procedimentos a adoptar são os seguintes: No primeiro caso, a mãe e o pai informam as respectivas entidades patronais, **até sete dias** após o parto, do início e termo dos períodos a gozar por cada um, entregando, para o efeito, uma declaração conjunta. No segundo caso, o progenitor que gozar a licença informa o respectivo empregador, **até sete dias** após o parto, da duração da licença e do início do respectivo período, juntando uma declaração do outro progenitor onde conste que este exerce actividade profissional e que não goza a licença em questão. Esta situação ocorrerá sempre sem prejuízo dos já mencionados direitos da mãe decorrentes da licença especial exclusiva da mesma, constantes do artigo 42º do C.T..

. A licença parental inicial suspende-se no caso de internamento hospitalar da criança ou do progenitor que se encontra a gozar a referida licença durante o período após o parto. Tal suspensão ocorre pelo tempo de duração do internamento, a pedido do progenitor a este sujeito que deverá, para o efeito, enviar comunicação à entidade empregadora acompanhada de declaração emitida pelo estabelecimento hospitalar.

. Ainda em relação ao regime de licença parental exclusiva da mãe, a lei dispõe que, no caso de esta pretender gozar parte da licença antes o parto, deverá informar o empregador de tal intenção (apresentando atestado médico que indique a data previsível do parto), com a antecedência **de dez dias** ou logo que possível, no caso de urgência comprovada pelo médico.

. Finalmente é de referir que o regime de subsídios a aplicar às modalidades de licença parental referidas se encontra regulado no D.L. nº 89/2009, de 9 de Abril, para os trabalhadores que prestam funções públicas e no D.L. nº 91/2009, de 9 de Abril, para os trabalhadores que tenham uma relação jurídica de emprego privado. ■